



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

JOSÉ DE ARIMATÉA DE CASTRO FILHO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE O
ACESSO DE ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO
MUNICÍPIO DE ACARAPE/CE**

FORTALEZA-CEARÁ

2019

JOSÉ DE ARIMATÉA DE CASTRO FILHO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE O
ACESSO DE ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO
MUNICÍPIO DE ACARAPE/CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier

FORTALEZA-CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Castro Filho, José de Arimatéa de.

Políticas Públicas de educação inclusiva: um estudo sobre o acesso de alunos/as com deficiência nas escolas públicas do município Acarape/ce [recurso eletrônico] / José de Arimatéa de Castro Filho. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 88 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier.

1. Políticas Públicas . 2. Educação Especial. 3. Educação Inclusiva. 4. Atendimento Educacional Especializado. I. Título.

JOSÉ DE ARIMATÉA DE CASTRO FILHO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE O
ACESSO DE ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO
MUNICÍPIO DE ACARAPE/CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 29/03/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio Roberto Xavier (Orientador)
Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB



Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof. Dr. Francisco Hórcio da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Dedico este trabalho de modo especial a minha filha, Maria Pérola Barroso Castro, portadora da síndrome de Dow, fonte inspiradora para a busca do aperfeiçoamento do meu conhecimento para a luta dos direitos na perspectiva da inclusão dos alunos com deficiência nas escolas públicas e na sociedade de modo geral.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade que a vida mim proporcionou de ser aprovado no mestrado em políticas públicas;

Agradeço aos meus pais que sempre mim incentivaram aos estudos desde pequeno. Agradeço também a minha esposa Zaide que sempre mim apoia nas decisões principalmente quando se trata de estudar.

Agradeço ainda aos professores e colegas de sala que juntos trocamos experiências e conhecimento diversificados ao longo do curso.

Agradeço também ao meu orientador professor Roberto Xavier, pela paciência e condução das ideias durante a construção do trabalho.

Agradeço ao professor Gerardo Vasconcelos que reencontrei vinte anos depois de ter estudado com o mesmo pela primeira vez sociologia no curso de filosofia, minha gratidão por aceitar prontamente a fazer parte da banca. Ao professor Horácio Frota coordenador do mestrado em planejamento e políticas públicas da UECE, que também aceitou participar da banca.

Por fim agradeço as minhas filhas Zayane e Pérola a quem busco servir de exemplo e deixar o meu legado como pai e como professor. Não poderia esquecer de agradecer também a minha prima Karine Bezerra que mim indicou a fazer este curso direcionando os passos que deveria trilhar para inscrição do mesmo, a partir do seu incentivo foi que tomei a iniciativa de se escrever.

“Inclusão é sair das Escolas dos Diferentes
e Promover a Escola das Diferenças”.

(Mantoan)

RESUMO

Políticas Públicas de educação inclusiva: o acesso de alunos/as com deficiência nas escolas públicas do município de Acarape, Ceará. O presente tema a ser pesquisado está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo trata-se de uma abordagem teórica dos conceitos gerais, na visão de diversos autores que discutem com propriedade o tema deficiência nas escolas públicas. As experiências por eles Políticas trazidas e suas ideias serão enriquecedoras para servir de suporte para realização da pesquisa. O segundo capítulo é uma busca pelo conhecimento da legislação para pessoas com deficiência, a fim de que no processo de inclusão, professores e pais de alunos com deficiência estejam aptos defenderem os direitos dos mesmos. O terceiro capítulo é à parte experimental da pesquisa visa coletar dados que retrate a real situação do atendimento a alunos com deficiência nas escolas públicas de Acarape-Ce. Perceber como está sendo feito o processo de diagnosticar estes alunos especiais, a preparação dos docentes antes de atuarem nesta área, conhecer os espaços oferecidos pelo município para o funcionamento das salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado), se está a contento dos padrões exigidos pela legislação vigente.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Especial. Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT

Public policies of inclusive education: the access of students with disabilities in public schools in the municipality of Acarape, Ceará. The present topic to be researched is divided into three chapters. The first chapter deals with a theoretical approach of the general concepts, in the view of several authors who properly discuss the disability issue in public schools. The experiences they bring with them and their ideas will be enriching to support the research. The second chapter is a search for knowledge of legislation for people with disabilities, so that in the process of inclusion, teachers and parents of students with disabilities are able to defend the direct from them. The third chapter is the experimental part of the research aims to collect data that portrays the real situation of care for students with disabilities in public schools of Acarape-Ce. To understand how the process of diagnosing these special students is being done, the preparation of the teachers before acting in this area, knowing the spaces offered by the municipality for the functioning of the AEE (Specialized Educational Assistance) rooms, if it is satisfied with the standards required by the current legislation.

Keywords: Public Policies. Special education. Inclusive education. Specialized Educational Assistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento educacional especializado
CF	Constituição Federal
CPDU	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
CONAE	Conferencia Nacional de Educação
EJA	Educação de jovens e adultos
LDB	Lei de diretrizes e bases da educação
NEE	Necessidades educacionais especiais
ONU	Organização das Nações Unidas
UECE	Universidade Estadual do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: ASPECTOS GERAIS.....	21
2.1	A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: MARCOS LEGAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	37
2.2	A INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DA REORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS EM TODAS SUAS DIMENSÕES.....	44
2.3	A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA SALA REGULAR.....	49
3	O ACESSO DE ALUNOS (AS) COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ACARAPE/CE: A VISÃO DE DOCENTES, PAIS/OU RESPONSÁVEIS.....	52
3.1	UMA VISÃO PANORÂMICA DO MUNICÍPIO DE ACARAPE-CE.....	53
3.2	MAPEANDO AS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE ACARAPE-CE.....	55
3.3	A EXPERIÊNCIAS DAS ESCOLAS COM SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) EM ACARAPE, A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE SEUS GESTORES.....	62
3.4	PERCEPÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA REDE MUNICIPAL DE ARACAPE-CE.....	66
3.5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	70
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
	REFERÊNCIAS.....	83
	APÊNDICES.....	85
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA OS PROFESSORES PARA A PESQUISA DE CAMPO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ACARAPE.....	86
	APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA OS GESTORES PARA A PESQUISA DE CAMPO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ACARAPE.....	87
	APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA A COORDENAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL	

ESPECIALIZADO – (AEE) DENTRO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ACARAPE. PARA A PESQUISA DE CAMPO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ACARAPE.....	88
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA PAIS DE ALUNOS ESPECIAIS PARA A PESQUISA DE CAMPO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ACARAPE.....	89

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais no Brasil têm diante de si o desafio de possibilitar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola, na perspectiva inclusiva. No entanto, compreender quais são as políticas públicas de educação inclusiva em documentos legais é fundamental para identificar os avanços e recuos presentes no sistema educativo.

A presente pesquisa, as políticas públicas de educação inclusiva: o acesso de alunos/as com deficiência nas escolas públicas no município de Acarape, Ceará tem como relevância elencar as dificuldades encontradas pelo município no que tange as políticas educacionais para a inserção das crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais em salas regulares e subsidiar condições para que as mesmas possam ter seus direitos assegurados não só o acesso, mas, sobretudo, garantir condições indispensáveis para que possam manter-se na escola e aprender.

O município de Acarape tem uma história recente na educação inclusiva e os professores na maioria também tem uma formação recente nesta área de atuação por isso apresentam defasagem de conhecimentos e pouca experiência resultando em inúmeras dificuldades, além de acontecer poucas formações para atualizações de conhecimentos.

O desafio da inclusão escolar é enfrentado pela Secretaria de Educação do município como uma possibilidade de repensar e estruturar políticas e estratégias educativas. Sabemos que a educação implica refletir sobre sua importância e necessidade iminente para se viver com plenitude como pessoa e como cidadão envolvido na sociedade. No entanto, o paradigma educacional atual requer políticas educacionais que atendam aos anseios exigidos nas diversas áreas da educação, com ênfase ao essencial de toda a educação, o ser humano nesse contexto, da implementação das políticas públicas de educação inclusiva no âmbito educacional é relevante, pois contribui efetivamente com uma educação que fará a diferença.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Especial representam um grande progresso na definição de políticas públicas para a Educação Inclusiva e nas propostas para sua operacionalização, contudo a sua implementação depende da ação dos gestores governamentais, entendendo, portanto que a inclusão vai muito além de integrar o aluno em uma escola regular. Ao contrário, implica reconhecimento

e atendimento as diferenças que qualquer aluno possa apresentar, principalmente, as voltadas para a aprendizagem e que só poderão ser implementadas se forem disponibilizados recursos financeiros adequados.

A escolar regular, de uma maneira geral, não foi, nem é planejada para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a padronização, para atingir os objetivos educativos daqueles que são considerados dentro de normalidade. Assim vem segregando e excluindo, de várias formas, os que fogem desses padrões por requererem em seu processo de aprendizagem respostas específicas ou diferentes das que são comumente dadas à média dos alunos.

No entanto, principalmente nas últimas décadas, a instituição escolar vem sendo desafiada a conseguir uma forma equilibrada que resulte numa resposta educativa comum e diversificada, isto é, que seja capaz de proporcionar uma cultura comum a todos os educandos sob sua responsabilidade, mas que ao mesmo tempo respeite as suas especificidades e necessidades individuais. Reconhece-se que a resposta à diversidade se constitui em um dos fatores mais importantes para conseguir um ensino de qualidade, porém, ao mesmo tempo, sabe-se que não é fácil de alcançar.

Reconhece-se, hoje, que não basta inserir fisicamente o educando na escola. É imprescindível que o governo adote, efetivamente, políticas inclusivas e não apenas divulgue, através dos diversos meios de comunicação que está promovendo a inclusão escolar e que, em decorrência disto, as escolas estão receptivas a todos os educandos, sem exceção.

É preciso ter a convicção de que é preciso persistir, aceitar desafios, acreditar que a inclusão dessas pessoas é algo possível e amplia-se cada vez mais o leque de ações empreendidas e de pessoas envolvidas nesse processo. É necessário, principalmente investir tempo, esforços e recursos para que ela deixe de ser apenas um aspecto garantido na legislação e em documentos educacionais, uma utopia ou mera formalidade, como ainda é considerada por muitos, para ser realidade nas escolas regulares brasileiras de forma geral.

Ao subsidiar elementos que justifique a presente pesquisa e fatores a que venha contribuir para a solução da problemática da falta de políticas públicas para a efetivação da Educação inclusiva. Para Boneti (2000) A escola, “é sempre lembrada como uma instituição encarregada dessa promoção ou da diminuição da exclusão social”, pois estão engendradas em seu dia a dia as práticas, conflitos e teses

presentes na sociedade em geral, ou seja, são na escola que a gestão educacional faz ecoar os seus princípios, é nela que se materializam as políticas e os programas governamentais. Apesar de suas limitações advindas do próprio sistema educacional e das políticas a ela direcionadas, ela segue ocupando papel de destaque no contexto da inclusão social, cuja gestão deve estar comprometida com a formação do sujeito social, fortalecendo e construindo identidades locais.

Conforme educadores como Paulo Freire (1996) a construção de relações dialógicas sob os fundamentos da ética universal dos seres humanos, enquanto prática específica humana implica a conscientização dos seres humanos, para que possam de fato inserir-se no processo histórico como sujeitos fazedores de sua própria história.

As dificuldades advindas da falta de políticas públicas municipais que corroborem para a formação adequada dos professores no que tange a Educação Especial são inúmeras desde a quebra de conteúdo específicos voltados para a área até a ausência total de determinados assuntos, ensinamentos errôneos sobre alguns conteúdos, estereótipos além da falta de atualização de conhecimentos gerando descompassos na inserção desses alunos nas salas regulares. Compreende-se que vários itens já citados interferem nesse processo de inclusão social.

Tendo em vista que ao analisar as políticas inclusivas no município de Acarape percebe-se que a mesma não vem respondendo ao princípio fundamental de acesso aos bens e serviços sociais. Se considerar o acesso ao conhecimento básico, os resultados deixam a desejar, porque a maioria dos portadores de deficiência não havia ultrapassado os níveis iniciais de escolaridade e um número irrisório de deficientes estava incorporado ao ensino regular com resultados desastrosos.

A idealização e construção de uma escola de qualidade para todos na filosofia inclusiva é almejada por muitos gestores, professores, alunos, pais e sociedade, entretanto, essa utopia exige modificações profundas no sistema de ensino, partindo de uma política pública efetiva de educação especial na perspectiva inclusiva, devendo ser gradativa, contínua, sistemática e, principalmente, planejada com o objetivo de oferecer a todos os alunos uma educação de qualidade e que proporcione na prática, na ação docente, na aprendizagem e nas relações intersociais a superação de toda e qualquer dificuldade que se interponha à construção de uma escola democrática e acolhedora da diversidade.

É justamente esse desejo que nos fez buscar a resposta ao problema que inspirou essa pesquisa: Como são implementadas as propostas de políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva em escolas públicas do município de Acarape? A construção do problema tem relação à seriedade, amplitude e complexidade do tema em estudo que, por sua vez, gerou a necessidade de entendermos o processo de implementação contido nas propostas de políticas públicas de educação inclusiva, o que fez a partir de um conjunto de questionamentos que oportunizaram a construção dos instrumentos para a pesquisa teórica e empírica.

As questões aqui presentes ao longo deste processo foram: as políticas públicas de educação inclusiva no município de Acarape funcionam? A gestão escolar nas escolas de Acarape está qualificada para o atendimento a educação inclusiva? Existe estrutura física nas escolas de Acarape para o bom andamento da educação inclusiva?

Nesse sentido o objetivo geral do trabalho é Investigar se o município de Acarape tem políticas públicas voltadas para a educação inclusiva e se fazem uso das mesmas com aplicação nas instituições escolares, como objetivo específico se elencou; dos gestores com relação às políticas públicas para a educação inclusiva; Identificar como acontece o atendimento as crianças com necessidades educacionais educativas especiais nas escolas do município; Observar sobre a visão de pesquisador como acontece a aplicação de políticas públicas para a educação inclusiva nas escolas; Verificar os recursos humanos, materiais e financeiros envolvidos nas ações voltadas para as propostas de inclusão do município.

Como método de pesquisa optou-se por duas vertentes, sendo a primeira de cunho bibliográfico que nos dará suporte para a compreensão do tema e sua fundamentação através de pesquisas com autores renomados no assunto serão consultados e dialogados com professores que trabalham na área de formação de professores como Ludke (2003) Cury (2002), Mantoan (2016), Brasil (Declaração de Salamanca, 1994) e os Documentos Internacionais que direcionaram as políticas públicas de inclusão e suas respectivas obras e intervenções na realidade nesse processo.

Ressalta-se que os instrumentos utilizados para a pesquisa constarão de entrevistas abertas e questionários que busquem diagnosticar a situação em pesquisas *in lócus* para traçar a realidade vigente e confrontar com os critérios pré-

determinados em legislação vigente buscando uma aproximação do real com o desejável.

A pesquisa realizar-se-á nas escolas públicas do município de Acarape, o município encontra-se localizado na microrregião do maciço de Baturité no estado do Ceará. O universo da pesquisa constará de 12 (doze) entrevistas, dentre os quais, pais, professores, gestores escolares e a coordenação do atendimento educacional especializado da secretaria municipal de educação.

O instrumental da pesquisa constará do questionário e entrevista que serão organizadas conforme os objetivos propostos para a pesquisa.

Tanto o questionário quanto a entrevista serão elaborados pelo pesquisador conforme o objetivo geral da pesquisa. A entrevista como veículo de comunicação verbal e interação entre entrevistador e entrevistado ou entrevistados, constituem uma estratégia de um trabalho de campo, apesar de se restringir a coleta de informações sobre a realidade e fornece informações importantes como diz:

A entrevista como fonte de informação pode nos fornecer dados secundários e primários de duas naturezas: (a) os primeiros dizem respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, documentos, atestados de óbitos e outros; (b) os segundos que são objetos principais da investigação qualitativa- referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivência [...] (MINAYO, 2009. p. 65).

Observamos que a entrevista privilegia a interação social por estar ligada com as relações dinâmicas existentes na sociedade, na presente pesquisa a entrevista será aberta, pois os entrevistados falarão livremente sobre o tema e as perguntas a serem investigadas buscarão trazer em profundidade uma reflexão por trazer um conteúdo que aborda questões relacionadas a posturas políticas no contexto do município na qual o entrevistado deverá como a percebe atualmente e no futuro, conhecendo-a como existe hoje e como deveria existir no presente mediante determinadas situações.

Sabemos que a entrevista apresenta suas vantagens e desvantagens, por isso procuraremos embasá-la no máximo de objetividade para evitar equívoco como diz. “A entrevista apresenta algumas limitações ou desvantagens, que podem ser superadas ou minimizadas se o pesquisador for uma pessoa com bastante experiência ou tiver muito bom senso”... (LAKATOS, 2003, p. 198).

Em relação ao questionário que constará de dez questões levará em conta do tipo fechada de ordem específica, destinadas ao grupo de professores, gestores escolares, coordenação do Atendimento Educacional Especializado dentro da secretaria de Educação de Acarape e pais de alunos, da rede municipal de ensino do município de Acarape, conforme Lakatos:

“Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador [...]” (LAKATOS, 2003, p. 201).

Questionário e entrevistas serão realizados após encontro com os educadores seguindo e respeitando as especificidades de todos os instrumentos que serão previamente agendados e esclarecidos ao grupo de entrevistados conforme cronograma estabelecido pela escola para realizar a coleta de dados.

Os dados serão tabulados conforme padrões científicos, utilizando cálculos de amostra e outros que se façam necessário para melhor embasar a pesquisa. A pesquisa levará em consideração todas as nuances do universo conforme Lakatos.

Figurativamente podemos imaginar o ‘universo’ da ciência constituído de três níveis; no primeiro, ocorrem as observações de fatos, fenômenos, comportamentos e atividades reais; no segundo, encontramos as hipóteses; finalmente, no terceiro, surgem às teorias, hipóteses válidas e sustentáveis. O que nos interessa, na realidade, é a passagem do segundo para o primeiro nível, o que ocorre através do enunciado das variáveis. (LAKATOS, 2003, p. 137).

Com relação à pesquisa bibliográfica pode-se afirmar que a mesma acontecerá de forma paulatina, pois à medida que lemos e somos confrontados sobre assunto serão realizados fichamentos a partir dos livros encontrados e revistas especializadas, conforme:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realizam a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. utiliza-se de dados ou de categorias teórico já trabalhado por outros pesquisadores e devidamente registro. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constante dos textos. (SEVERINO, 2010, p.122).

A abordagem da pesquisa será qualitativa considerando o mundo humano por ter como objeto o natural. Para a linguagem acadêmica pesquisa qualitativa, constituem designações de diversas referências epistemológicas, de acordo com Severino diz:

[...] são várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas. (SEVERINO, 2010, p. 119).

A pesquisa levará em consideração todas as nuances do universo conforme Lakatos.

Figurativamente podemos imaginar o 'universo' da ciência constituído de três níveis; no primeiro, ocorrem as observações de fatos, fenômenos, comportamentos e atividades reais; no segundo, encontramos as hipóteses; finalmente, no terceiro, surgem às teorias, hipóteses válidas e sustentáveis. O que nos interessa, na realidade, é a passagem do segundo para o primeiro nível, o que ocorre através do enunciado das variáveis. (LAKATOS, 2003, p. 137).

Todas as etapas da pesquisa serão respaldadas por empenho e respeito às especificidades que cada etapa exige, bem como os envolvidos enumerando característica comum para delimitar o universo da pesquisa.

A pesquisa requer cuidados e demanda tempo, portanto não pode ser feita de qualquer jeito como diz: O rigoroso controle na aplicação dos instrumentos de pesquisa é fator fundamental para evitar erros e defeitos resultantes de entrevistadores inexperientes ou de informantes tendenciosos (LAKATOS, 2003, p. 166).

Observamos que além do cuidadoso registro de dados, também se faz necessário um bom preparo anterior para iniciar-se a pesquisa com a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas adequadas para efetuar as atividades necessárias.

A pesquisa se realizará por etapas de forma que cada etapa forneça suporte para a próxima etapa, a coleta de dados só acontecerá posterior e fará um contato com as escolas para apresentar o projeto em dia e horário agendado com os professores numa reunião além do projeto, os instrumentais serão aplicados e recolhidos para o trabalho de descrição dos dados coletados, os termos necessários para a pesquisa serão assinalados no mesmo dia.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, serão atendidas as exigências que consta na resolução nº 466\12 propostas pelo Conselho Nacional de Saúde.

Todos os dados da pesquisa serão analisados sob a ótica de teóricos sobre o assunto, uma vez que os dados irão fornecer informações valiosas sobre o assunto

da pesquisa. A análise das entrevistas se baseará na quantidade respondida que norteará o conteúdo investigativo conforme Bardin.

A análise é frequencial e quantitativa. A unidade de registro escolhida é o objeto, ou mais precisamente, qualquer objeto citado pelo locutor e que se encontre na habitação no momento da entrevista. A análise é transversal. As entrevistas são recortadas em redor de cada tema-objeto, quer dizer, tudo o que foi afirmado acerca de cada objeto preciso no decorrer da entrevista [...]. (BARDIN, 1995, p.66).

O tratamento dos resultados será obtido mediante escrutínio e codificação de dados absolutos ou relativos em que as dimensões do projeto se organizam e as variáveis serão levadas em consideração por emergirem do próprio texto como diz:

O objetivo é estabelecer uma correspondência entre o nível empírico e teórico, de modo a assegurar-nos e é esta a finalidade de qualquer investigação – que o corpo de hipóteses é verificado pelos dados do texto. (BARDIN, 1995, p.69).

A análise dos dados constitui em manipular os dados e resultados obtidos que constituirão a fase seguinte que será a interpretação dos resultados e representa a aplicação indutiva e dedutiva lógica do processo investigativo que se constituirá de duas fases a análise ou explicação e a interpretação que corresponde à busca de significado amplo para as respostas através do conhecimento.

Outro ponto importante na pesquisa é a técnica conforme Lakatos:

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. Esse material-fonte geral e útil não só por trazer conhecimentos que serve de *background* ao campo de interesse, como também para evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários; pode, ainda, sugerir problemas e hipóteses e orientar para outras fontes de coleta. (LAKATOS, 2003, p. 174).

A pesquisa também utilizará técnica adequada conforme o conhecimento pesquisado, de acordo com:

As técnicas são os procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização das pesquisas. Como tais, podem ser utilizadas em pesquisas conduzidas mediante diferentes metodologias e fundadas em diferentes epistemologias, mas, obviamente, precisam ser compatíveis com os métodos adotados e com os paradigmas epistemológicos adotados. (SEVERINO, 2010, p. 124).

A entrevista adotada será do tipo estruturada em que as questões serão direcionadas e previamente se articulará internamente e apresentar respostas facilmente categorizáveis e útil para o desenvolvimento de levantamento social.

A pesquisa será qualitativa e passará por três fases: exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental.

Na primeira fase o tempo será destinado a delimitar o objeto, desenvolver a parte teórica, hipóteses e pressupostos, descrição de instrumentos que operacionalize o trabalho segundo Minayo: “[...] a fase exploratória consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo [...]” (SEVERINO. 2010 p. 26).

A segunda fase leva em consideração a prática empírica e a construção teórica da fase anterior, devem combinar os instrumentos de observação, entrevistas e outras modalidades bem como o levantamento do material documental e outros.

A terceira fase a análise e tratamento do material diz sobre os procedimentos adotados que valorizam compreendem e interpretam os dados empíricos além de fundamentar as leituras, realizadas com o projeto interpretando as necessidades observadas no trabalho de campo.

No aspecto de tipologia a pesquisa se enquadra como exploratória conforme Lakatos.

[...]. É investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de problemas, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e classificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente). Obtêm-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado. Uma variedade de procedimentos de coleta de dados pode ser utilizada, como entrevista, observação participante, análise de conteúdo etc.[...]. (LAKATOS, 2009, p. 188).

Na tipificação da pesquisa o pesquisador se apropria de dados observados que ao serem analisados na perspectiva investigativa possibilitam que se possam elencar os problemas e ao detectá-los o caminho para a solução deste se torna palpável tendo em vista que diante dos resultados se obterá uma variável que possa mensurar através de dados qualitativos na busca de equacionar a problemática proposta.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: ASPECTOS GERAIS

Nesta segunda seção será abordado o conceito de deficiência, inclusão escolar a partir da visão de diversos autores que tratam do respectivo assunto. Será levado em consideração à identificação e integração dos alunos tidos como deficientes, no intuito de que os mesmos de maneira segregada não sejam excluídos pelo sistema de ensino brasileiro vigente com o discurso de promover a inclusão de alunos através de escolas especiais.

A humanidade desde o seu surgimento vem sendo direcionada por paradigmas, que são como setas apontando para o horizonte, ou seja, como referencial. Estes por sua vez conduzem a forma como as pessoas durante aquele período deve pensar e conseqüentemente a forma de pensamento das pessoas.

A quebra do paradigma causa no contexto vigente de qualquer que seja a época uma série de conflitos com a nova realidade que se passará a vivenciar. No campo da educação é comum perceber um engessamento das estruturas, estas são solidificadas por diversas teorias.

Uma crise de paradigma é uma crise de concepção, de visão de mundo e quando as mudanças são mais radicais, temos as chamadas revoluções científicas. O período em que se estabelecem as novas bases teóricas suscitadas pela mudança de paradigmas é bastante difícil, pois caem por terra os fundamentos sobre os quais a ciência se assentava, sem que se finquem de todo os pilares que a sustentarão daí por diante. (MANTOAN, 2003. p.11).

Tal realidade só dificulta o surgimento de novas concepções educacionais que venham romper com estas estruturas consideradas detentoras da verdade. Mas, uma vez iniciado o processo de renovação das teorias da educação, se espera que a escola seja o ambiente propício para as práticas renovadoras. Por tanto faz necessário novos paradigmas para com foco na potencialidade do aluno que é um ser integralizado e não fragmentado, para que de fato a escola seja inclusiva.

O mundo passa de forma acelerada por diversas mudanças, de cunho tecnológico principalmente a informação que antes acontecia de forma isolada nas mais diversas partes do mundo, agora ocorrem de maneira integrada. Daí a necessidade de a escola sair do seu restrito conhecimento e abrir-se para novas experiências de conhecimento atualizando-se com a sociedade em que está inserida.

Porém o que se percebe é que a escola buscou se democratizar, mas, permanecendo fechada a novos conhecimentos. Esta postura reflete na aprendizagem do aluno que por sua vez será moldado a velhas estruturas arcaicas e excludentes.

A escola como instituição formal, pautou-se sempre pelo estabelecimento (ou, no mínimo, pela busca) de uniformidades. Um exemplo é o agrupamento de alunos (turmas), obedecendo a critérios tais como idade, sexo, níveis de desempenho escolar, etc. uma escola que tenha acolhido crianças sem critério de seleção e uniformização aconteceu apenas em situações experimentais isoladas. Enfim, uma verdadeira escola para todos até agora permanece como uma experiência ou utopia. (BEYER, 2013. p. 127).

Todas as tentativas de inclusão serão em vão se nas escolas não houver uma mudança de forma urgente nas estruturas pedagógicas da escola, para que esta compreenda o aluno na complexidade, levando em consideração todos os aspectos de sua vida desde a infância, a convivência com a familiar, fator preponderante na história de qualquer indivíduo.

É importante ressaltar que muitos dos preconceitos adquiridos são fruto de frustrações ocorridas na infância da pessoa. É preciso acabar com o preconceito e saber conviver com diferente tarefa fundamental para uma convivência harmônica em qualquer que seja o ambiente.

A questão está em como trabalhar a igualdade na diferença, e aí é importante mencionar o que Santos (2006) chama de o novo imperativo transcultural, que no seu entender deve presidir uma articulação pós-moderna e multicultural das políticas de igualdade e diferença: “temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2006, p. 462). É nessa dialética entre igualdade e diferença, entre superar toda a desigualdade e, ao mesmo tempo, reconhecer as diferenças culturais, que os desafios dessa articulação se colocam. (CANDAU, 2008, p. 49).

Quando se trata do ensino a alunos com deficiência os professores do ensino regular se sentem inaptos a atender os mesmos, tendo em vista que durante muito tempo a concepção que se tem é que a competência para cuidar desta clientela é papel único e exclusivo dos professores da educação especial. Conforme ainda Mantoan (2003),

Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos. (apud MITTLER, 2000, p. 56).

Integração e inclusão apesar de serem termos semelhantes apresentam no contexto educacional métodos diferenciados. A Integração não se refere somente a inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas também pode se aplicar o referido termo nas escolas especiais, nos grupos de lazer de pessoas com deficiência, em espaços reservados para pessoas com deficiência.

Percebe-se por tanto a abrangência do significado deste termo integração que vai para além do campo educacional, estendendo-se também para outros espaços de convivência destas pessoas. Em 1969 países nórdicos passaram a questionar a prática da segregação das escolas especiais, daí nasceu a preocupação com a integração de alunos com deficiência.

É a partir deste contexto que o termo integração passa a ser mais usado para a educação de crianças especiais. Através da integração o aluno pode transitar de forma natural entre o sistema de ensino regular e o ensino especializado.

Vale ressaltar que alguns países são contra a integração de crianças com deficiência em sala de aulas regular, pois os mesmos acreditam que os alunos com deficiência poderão afetar o rendimento dos demais alunos na sua aprendizagem. Por tanto para estes países seria um atraso para os alunos ditos normais ficarem a mercê do lento aprendizado das crianças especiais.

Quando se trata de inclusão a perspectiva vai muito mais além do que a questão de atender os alunos com deficiência de aprendizagem ou deficiência física. A inclusão escolar abrange todos os seguimentos de alunos que possivelmente possam estar fora da oportunidade do acesso à escola.

O princípio que norteia a educação inclusiva é compreender que todos sem exceção têm direito ao ingresso a escola. Por tanto a inclusão escolar é global não se trata aqui de fragmentos, ou seja, uma escola inclusiva ela não se restringir, por exemplo, a discutir a questão da educação especial como sendo a única forma de exclusão proposta pela sociedade.

No caso de uma escola que se pretende inclusiva para TODOS, é primordial que exista uma cultura que valorize a diversidade e a considere como uma oportunidade para propor mudanças e reformas, a começar pelo seu projeto político pedagógico, das práticas adotadas para os processos de ensino e aprendizagem, valorizando as diferenças individuais (DECHICHI; SILVA et al., 2008, p. 45).

A maneira como se encontra organizado o sistema de ensino nas escolas por sua vez já segrega a educação quando divide a mesma em ensino regular e especial, seria então uma revolução na aprendizagem abolir as salas de aceleração, salas especiais, reforços escolares, e as escolas especiais que favorecem a segregação do aluno.

A extinção destes programas específicos para alunos com deficiência com certeza causaria um grande impacto, no entanto colocaria fim a segregação destes alunos. Vale ressaltar que em todo sistema educacional vigente há muita confusão dos educadores em compreender que os espaços destinados a alunos com deficiência, ainda que amparados com recursos material e humano não contribuem para inclusão nas escolas públicas.

É a partir da inclusão que se provoca a escola a pensar nos seus alunos na sua totalidade, a fim de aperfeiçoar a qualidade do ensino. Nesta perspectiva a escola não se limitará a se preocupar exclusivamente com alunos que possuem algum tipo de deficiência, mas com todos que por ventura venham a fracassar na sua aprendizagem.

Este é por tanto o principal papel da educação especial, de levantar a reflexão acerca dos olhares a todos os alunos sem distinção, sem privilégios concedidos uma vez que todos são essenciais para o processo de ensino aprendizagem, sendo todos estes por tanto especiais.

Até aqui foi de fundamental importância tratamos da diferença entre inclusão e integração, fez-se necessário para que o leitor pudesse compreender neste primeiro momento que ambas são distintas, mas que são extremamente necessárias para se implantar a inclusão nas escolas.

A busca pela uma nova ética escolar é uma necessidade gritante na sociedade pós-moderna, não é possível em pleno século XXI termos dentro das escolas a intolerância a opção sexual das pessoas, ao credo religioso, preconceito racial dentre outros.

Tais atitudes tem que ser combatidas, e superadas por todos que tão inseridos no ambiente escolar. É necessário por tanto que seja despertada nos alunos uma consciência individual, social e planetária, a respeito da aceitação do diferente na escola.

Somente a conscientização é capaz de abolir no indivíduo a aversão que o mesmo possa ter em se relacionar com pessoas diferentes. Para muitos o modelo escolar vigente de homogeneidade seria a forma perfeita para se educar.

Uma escola não é apenas um conjunto de professores. Uma escola é uma entidade social que não é mera reunião de indivíduos com diferentes papéis. [...] A questão da qualidade do ensino é, pois, uma questão institucional. São as escolas que precisam ser melhoradas. Sem este esforço institucional, o aperfeiçoamento isolado docente não garante que essa eventual melhoria do professor encontre na prática as condições propícias para uma melhoria do ensino (AZANHA, 1990, p. 52).

O fato é que as pessoas já se acostumaram em padronizar as instituições de ensino. É muito mais fácil agir desta forma por que uma minoria privilegiada dentro do atual sistema de ensino torna-se dominante e monopoliza o conhecimento, desta maneira os que possuem dificuldades na aprendizagem são deixados para trás, restando para os mesmos apenas o sistema excludente com medidas paliativas.

Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Há diferenças e há igualdades — nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente. Então, como concluí Santos (1995), é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. (MANTOAN, 2003. p.21).

Desde muito tempo a busca da humanidade foi pelo equilíbrio, ou seja, uma vez que o extremismo não contribui em nada para a edificação da pessoa humana. A postura de ser diferente, fazer diferente no meio de tantas atitudes iguais, fortalece a identidade do sujeito. Porém a igualdade de todos é pressuposto previsto na constituição federal que não permite a inferioridade de ninguém.

Portanto quando a diferença o torna inferior a alguém, esta deve ser combatida com a igualdade. Na escola inclusiva o aluno não possui uma identidade fixa, a identidade é um processo que se constrói no decorrer da caminhada, principalmente no relacionamento com os outros.

Com esta concepção fica claro que não há espaço para segregação escolar. O isolamento, no intuito de proteger o aluno especial, ou demais alunos ditos normais do convívio com a pessoa com deficiência não contribui em nada para o desenvolvimento e fortalecimento da identidade de ambos.

A legislação brasileira é o suporte indispensável para assegurar o direito ao acesso à escola e a não discriminação de alunos por qualquer que seja o motivo

que o mesmo apresente no seu aspecto físico ou comportamental que fuja dos padrões desejados pela escola tradicional.

Por tanto pode se afirmar a importância de a sociedade brasileira ter avançando na sua legislação na busca pela superação de pré-conceitos e da exclusão social.

É papel por tanto do Estado através dos seus representantes em todas as gerações elaborarem leis que favoreçam a inclusão na escola. Estas por sua vez precisam está sendo aprimoradas constantemente tendo em vista as mudanças que ocorrem de forma acelerada no mundo contemporâneo. O art. 208, do capítulo III da COF de 1988 prever: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1988).

A inclusão é um processo gradativo, por tanto ela deve começar nas bases do aluno, ou seja, na educação infantil, afim de que o mesmo desde cedo não se sinta discriminado em nenhum aspecto da sua formação. O atendimento especializado ao aluno deve acontecer durante todo seu processo de aprendizagem e o acompanhar até a universidade tendo em vista que somente desta forma haverá inclusão como está previsto na lei.

Para atender a diferença na sala de aula devemos flexibilizar as práticas pedagógicas. Os objetivos e estratégias de metodologias não são inócuos: todos se baseiam em concepções e modelos de aprendizagem. Assim, se não propormos abordagens diferentes ao processo de aprendizagem acabaremos criando desigualdades para muitos alunos (RODRIGUES, 2006, p.305-306).

De acordo com a legislação atual as escolas tidas como especiais estão equivocadas, uma vez que estas não podem atender uma determinada clientela baseando-se exclusivamente nas deficiências, do aluno. Tal concepção foi abolida desde a conferência da Guatemala. O que se percebem com a criação das escolas especiais é que se criam barreiras entre os alunos diferenciando os mesmos, por conta desta situação são deixados de lado à busca por metodologias e espaços que realmente se trabalhe a inclusão numa concepção global para todos.

É possível afirmar, portanto, que a garantia dos direitos sociais na letra da lei é, somente, uma instância na luta pela real conquista da cidadania destas pessoas, porquanto o sistema escolar abarca um ínfimo percentual da população que teria direito a alguma forma de atendimento educacional

especializado. Cabe, pois, à sociedade civil se organizar para tornar efetivos os direitos legalmente assegurados. (MAGALHÃES, 2003, p. 65).

A necessidade de incluir na escola é uma realidade gritante por isto não dá para cruzar os braços, são milhares de alunos que precisam ser recuperados de anos de exclusão, é uma dívida altíssima que o ensino brasileiro tem com os alunos excluídos. Com a inclusão se tem uma oportunidade real de compensar tantas injustiças cometidas a alunos que muitas vezes foram rotulados pelos colegas, e até mesmo por professores e funcionários da escola que por sua vez defendem que este seja colocado em uma escola especial à parte, por serem considerados incapazes de conviver normalmente no mesmo ambiente educacional.

A constituição brasileira deixa bem claro que a inclusão nas escolas só acontecerá, de forma efetiva quando a educação especial ocorrer dentro da escola regular, pois só assim os alunos serão de fato inseridos na rede de ensino sem que haja a segregação escolar entre os mesmos. Qualquer que seja a tentativa de inclusão que não vislumbre o caminho descrito na constituição foge a essência do verdadeiro sentido do combate à exclusão na escola.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não se restringe aos esforços da escola, inclui também a construção de redes de colaboração com a família e a sociedade fortalecendo o combate à intolerância e às barreiras atitudinais, bem como a compreensão da diversidade no desenvolvimento infantil (ARRUDA; ALMEIDA, 2004, p. 16).

O conceito de educação inclusiva ainda é muito confundido com educação especial, ambas possuem semelhanças, mas por sua vez são distintas. A educação inclusiva se trata de uma educação abrangente, que visa atingir a todos sem distinção. A educação de jovens adultos (EJA), a educação Indígena, a educação afro-brasileira e a educação especial, dentre outras são exemplos de educação inclusiva.

A educação Inclusiva tem como finalidade a efetivação do direito assegurado a todo cidadão na constituição brasileira de ter acesso à escola sem distinção de raça, cor e classe social. Princípio este considerado como fundamental para emancipação de uma nação, que visa formar cidadãos livres e conscientes.

A educação especial é por tanto um seguimento da educação inclusiva, é a educação especial o nosso principal objeto de investigação. Compreender como esta ao longo do tempo contribui dentro da história da educação inclusiva para combater a exclusão de pessoas com deficiência.

No mundo contemporâneo a educação especial tem passado por uma crise, muitos são os estudiosos que não vêem com bons olhos o método como são trabalhados na escola especiais as pessoas com deficiência.

Os tempos atuais sinalizam para uma profunda mudança nos rumos da educação das crianças com deficiência, basicamente através da ideia de uma educação especial fixa para uma educação especial móvel. (BEYER, 2013. p. 12).

A crítica que se faz a educação especial nos parâmetros que se encontra atualmente na sociedade, parte do modelo de segregação que para muitos autores que se debruçam sobre o referido tema, ao invés de incluir faz excluir, além do mais os professores nesta forma de educação são formados em moldes, sendo que os da escola especial se capacitam exclusivamente com esta finalidade.

Não tem como falar de inclusão dentro deste contexto que se apresenta hoje as escolas especiais, a inclusão se dá no acesso que a pessoa com deficiência participa da sociedade, conseqüentemente quando alunos com deficiência são inseridos em salas regulares para manter um convívio saudável com demais alunos tidos como normais.

Sabemos que o discurso de uma escola para todos por muito tempo vem servido como máxima para justificar a desigualdade e a exclusão social, pois a realidade é que nunca de fato se teve uma educação inclusiva. Em todas as épocas a educação foi privilégio de uma pequena elite que dominava e que através do conhecimento se perpetuaria enquanto classe dominante.

A cultura da exclusão por tanto sempre esteve muito presente na vida das pessoas, como já disse anteriormente em todas as sociedades nas diferentes épocas. As escolas sempre atuaram como especiais no sentido restrito de ser acolhidos nas mesmas os filhos dos ricos.

Ainda hoje esta mesma prática persiste nas escolas brasileiras, sendo que os filhos das pessoas que possuem o poder aquisitivo melhor são colocados em escolas particulares consideradas especiais pelas mesmas por proporcionar o ensino diferenciado das escolas públicas.

A expressão escola especial por tanto, até aqui possuem diversos significados, dentre a discursão que estamos discorrendo. É necessário então que o leitor fique atento ao tipo de escola especial a que se refere em cada parágrafo.

Reportando-se ainda ao contexto mais geral, vamos citar os filósofos gregos Platão e Aristóteles, que eram na antiguidade a favor da eliminação das pessoas fracas, assim como Martim Luther, reformador da idade média era favorável à morte das “crianças monstros” assim denominada por ele.

A partir destas referências históricas citadas, pode se perceber que o espaço do deficiente na história não existia, pois, o mesmo era alvo de preconceito desde o nascimento. Começando pela concepção de uma natureza fraca e inútil que não contribuiria em nada para convívio social, pelo contrário atrapalharia e muito no desempenho qualitativo da sociedade.

Outra concepção bastante prejudicial era a religiosa que concebia que qualquer tipo de deformidade nas crianças seria uma forma de Deus punir os pais por algum tipo pecado cometidos, de forma que a permanência destas crianças contaminaria com o pecado a sociedade a qual estivessem inseridas.

Pode-se perceber que durante muito tempo a questão da deficiência foi se solidificando como uma realidade cruel, ficando enraizada na cultura das pessoas, e nas instituições que compõem a sociedade, a igreja católica no seu apogeu da idade média, período denominado como teocentrismo para humanidade, foi um dos principais colaboradores da propagação da exclusão de pessoas com deficiência.

Acreditamos que, se quisermos uma escola que atenda a diversidade, ou seja, uma escola inclusiva precisa-se pensar com o outro, precisamos de um processo longo e constante de reflexão-ação-crítica com os profissionais que fazem o ato educativo acontecer. Se quisermos mudanças significativas nas práticas convencionais de ensino precisamos pensar a formação continuada dos educadores (JESUS, ALMEIDA: SOBRINHO, 2005, p.145).

Durante muito tempo as escolas públicas não acolheram as crianças com deficiências físicas e mentais, por tanto dizer que a escola é para todos foi por muito tempo uma inverdade, tendo em vista que a escola não considerava que a criança com deficiência teria possibilidade alguma de aprendizagem.

Assim, não é raro se observar, em escolas ou instituições especiais, turmas de crianças e adolescentes homogeneamente organizadas, por comprometimento patológico: nas situações mais graves, restringe-se o pedagógico e intensificam-se as ações terapêuticas; nas menos graves, inserem-se metodologias de ensino que, inclusive, “ousam” recomendar a alfabetização e a escolarização formal. (BEYER, 2013. p. 19).

Há muita divergência sobre o papel destas escolas especiais, esta versão se contrapõe ao entendimento da segregação que proporciona a escola especial. Esta

forma de ensino surgiu como resposta à fragilidade das escolas regulares que não tinha como receber e trabalhar com eficácia o aluno especial.

Dentro deste contexto foi de fundamental importância o surgimento das escolas especiais, toda via o caráter de nascimento desta a princípio se tem de forma transitório sem vislumbrar uma permanência da mesma por um tempo indeterminado. Após o surgimento das escolas especiais o grande desafio é trazer para escola regular a ideia de que a mesma era capaz de cuidar também de alunos especiais ficou mesmo que deslocado esta atribuição às escolas de ensino regulares. Tal concepção foi dando uma espécie de monopólio às escolas especiais dos cuidados de alunos deficientes.

Olhando a concepção de inclusão de uma forma ampla como falamos no início deste trabalho a exclusividade do atendimento a alunos com deficiência nas escolas especiais passa a ser uma nova forma de excluir o aluno da rede pública municipal de ensino.

Até aqui por tanto se pode perceber que há um paradoxo na compreensão das escolas especiais, elas contribuíram de forma positiva para a inclusão de pessoas com deficiência na Europa primeiramente, e depois no mundo inteiro. Graças a este modelo de educação começou-se a despertar por parte das pessoas o interesse de criar espaços de acolhimento às crianças especiais reconhecendo o valor das mesmas e a sua capacidade de aprendizagem.

Assim, gradativamente, vai sendo reconhecida a importância de haver a fusão dos dois sistemas formando um sistema único, porém capaz de atender às necessidades dos educandos, deixando de lado atitudes segregacionistas para com aqueles que, aparentemente, não aprendem como os outros. Tais atitudes, na realidade, só conduzem à negação da função precípua da escola: ensinar. (MARTINS, 2002, p. 24).

Porém as escolas especiais contribuíram de forma negativa na medida em que só as mesmas se achavam capazes de cuidar da educação de crianças deficientes, aqui com esta maneira conceber o aprendizado, retirando estes alunos das escolas regulares surgiu à exclusão social de pessoas com deficiência.

Ao longo de muito tempo as crianças com dificuldades de aprendizagem e um baixo nível mental, ficaram sob os cuidados da medicina, e não aos cuidados da educação. A quebra de paradigma, afirmando a possibilidade de educar crianças deficientes, era para a medicina algo impossível, uma vez que a mesma afirmava

através de suas experiências que seria irreversível o quadro de socialização de pessoas deficientes.

A área pedagógica é tanto quanto fundamental para a pessoa com deficiência quanto à médica. Visto que aprendizagem é um processo contínuo e que deve ter sua eficácia nas bases do aluno desde a sua iniciação na vida escolar, para que os mesmos venham a desenvolver suas competência e habilidade com excelência com objetivo de serem considerados normais, dentro do padrão de normalidade da sociedade.

Pedagogia e medicina por tanto durante diversas épocas foram se intercalando para encontrar o melhor caminho para o estudo e a socialização dos alunos com deficiência. Daí o surgimento da terapia pedagógica, que seria uma espécie de fusão entre a psiquiatria e a pedagogia.

A medicina e a pedagogia no tangente a educação especial devem caminhar juntas, pois uma complementa a outra. Nos casos onde o aluno apresenta uma deficiência mais grave, há uma diminuição das atividades pedagógica e intensifica os procedimentos terapêutico. Quando ocorre ao contrário há uma diminuição das atividades terapêutica, por conta de o foco maior ser, desenvolver as metodologias de ensino desde a alfabetização até a escolarização formal do indivíduo.

Vale aqui ressaltar que o modelo clínico-terapêutico parte de uma normalidade a que se propõem os indivíduos dentro de uma sociedade, o outro modelo é o sócio antropológico que ao contrário do primeiro não tem o como conceito de normalidade o vigente entre as pessoas, tem como parâmetro o respeito às diferenças, com a finalidade de proporcionar igualdade para todos. Esta discussão mostra o quanto ainda é presente no ensino de educação especial a influência da medicina.

Voltemos à discussão da não responsabilidade das escolas regulares às pessoas com deficiências, tal fato sempre foi motivo para fazer das escolas especiais um depósito de alunos considerados como fracassados e débeis mentais, por causa dos mesmos seria inevitável o atraso, ou seja, o avanço das escolas regulares. Por este motivo não compete perder tempo com aprendizagem com alunos de raciocínio lento. Este pensamento era comum na Europa durante o século XIX.

Atualmente se reproduz na sociedade em que vivemos este pensamento no meio educacional, as mesmas afirmações presentes na idade média feita pela igreja, e nos séculos posteriores, permanecem a serem reforçadas por muitas escolas

de ensino de educação especial aqui no Brasil. “A escola especial ainda continua desempenhando, em parte a função de “depósito” de rejeitados, fracassados e deficientes, cujo desempenho não satisfaz a normatividade do currículo regular.” (BEYER, 2013. p.21).

Partindo agora para análise do ponto de vista do paradigma sociológico, percebe-se que a sociedade cria estigmas que são fortalecidos de forma culturalmente, ou seja, são criados pré-conceitos atribuído ao indivíduo atributos negativos, antes mesmo de conhecer o mesmo.

Podem-se destacar dois tipos de estigmas o defectivo e culposos. O primeiro se refere à realidade da pessoa com deficiência possuir algum déficit ausência física ou mental existente no indivíduo e perceptível. Já a segunda expressão se refere de fato à limitação que faz com que a sociedade estigmatize estas pessoas como sendo inaptas ao convívio social.

Existe ainda o paradigma crítico-materialista, baseado nas teorias marxistas. A partir desta linha de pensamento compreende-se a deficiência dentro de uma realidade concreta dos indivíduos, cheias de contradições, como: a pobreza, a dominação e a tomada de consciência vão construindo a identidade da pessoa com deficiência e ao mesmo tempo chocando com a vida cotidiana dos mesmos.

Por conta da pedagogia clínica que por sua vez torna obscura a realidade socioeconômica da pessoa com deficiência, sempre permaneceu prevalecendo as questões de cunho mental do indivíduo, sendo que o aspecto da conjuntura social de vida é tão quanto importante como o desenvolvimento psíquico.

Esta análise bem ampla crítico-materialista a luz da corrente marxista não pode ser restrita as pessoas com deficiência, mas a todos que vivem à margem da sociedade, são questionamentos que nos levará a fundo a conhecer as causas reais da exclusão das camadas mais pobres da sociedade. Tal descoberta também nos possibilitará a intervir para inserir não só no convívio social como, resgatar dos mesmos o potencial econômico dando-lhes a dignidade.

A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e social. Pais necessitam de apoio para que possam assumir seus papéis de pais de uma criança com necessidades especiais. O papel das famílias e dos pais deveria ser aprimorado através do fornecimento de informação necessária em linguagem clara e simples; ou enfoque na urgência de informação e de treinamento em habilidades paternas constitui uma tarefa importante em culturas onde a tradição de escolarização seja pouca (SALAMANCA, 1994, p.16).

Portanto, em linhas gerais definimos aqui os quatro tipos de paradigmas sobre o ensino da educação especial ao longo da história: clínico-médico, sistêmico, sociológico e crítico-materialista.

A escola sempre tem desde o início do seu surgimento colocados os alunos de forma uniforme, agrupando os mesmos por turmas, partindo do princípio de que todos são diferentes, não há por tanto esta homogeneidade proposta pela escola, mesmo assim esta, por sua vez considera que os alunos de uma determinada turma possuem o mesmo nível de aprendizagem.

É a partir da concepção de que todos possuem nível de aprendizagem igual que a escola começa o processo de exclusão, e se distanciando cada vez mais da máxima de atender a todos sem distinção alguma. Tal realidade via tornando na vida das pessoas que a escola sem ideal cada vez se tornando utópica e inatingível.

Com surgimento das escolas especiais a separação sistêmica tornou-se algo concreto, a partir de então alunos ditos normais frequentariam as escolas regulares e os ditos especiais frequentariam as escolas especiais. No âmbito internacional os debates favoráveis à inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares com o intuito de combater a segregação se intensificaram.

Dois encontros internacionais que foram o marco deste novo momento da educação especial e inclusiva no mundo foram os encontros em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e em Salamanca, na Espanha, em 1994.

Um grande questionamento que se levantou como desenvolver atividades escolares inclusiva sem ferir o princípio de uma aprendizagem comum a todos os alunos dentro da sala de aula, e sem levar em consideração a especificidade pedagógica dos alunos com deficiência?

Um passo importante para superar a pergunta acima, foi pensar o ensino de forma individualizada, uma vez que os alunos são todos diferentes uns dos outros. A individualização do ensino só ratifica que a aprendizagem não pode se dá dentro de uma sala de aula de forma uniforme.

É a partir deste raciocínio que se pode afirmar que todo aluno é especial, e merece uma atenção diferenciada, não sendo por tanto privilégio de alunos com deficiência ter exclusividade na sua aprendizagem. Quando se trata aqui de aprendizagem individualizada, faz-se referência também a individualização dos alvos, da didática e da avaliação.

A individualização dos alunos se refere a potencialidades desenvolvidas pelo aluno seja ele normal ou especial cada um dentro dos seus limites buscando objetivos e apresentando superações, sem necessariamente uma cobrança para ir além do que lhe é permitido pela sua natureza física e psíquica.

A didática é uma ferramenta importantíssima para que a turma compreenda os conteúdos que estão sendo transmitidos pelo professor. Repassar conteúdo de forma homogênea desconsiderando a pluralidade existente numa sala de aula só dificulta o sucesso da turma.

O processo da avaliação tem que ser de forma contínua, pois não é justo avaliar um determinado aluno tendo como parâmetro um único momento, ou avaliar diversos alunos partindo da mesma metodologia para todos.

Na escola inclusiva se tem uma perspectiva de avaliar o aluno pela sua progressão, na análise de suas metas serem atingidas. Percebe-se que este processo avaliativo é mais consistente nos resultados.

A individualização do ensino na escola, aqui significa compreender que o professor está lidando em sala de aula com uma diversidade de alunos, por este motivo não pode em circunstância nenhuma tratar a sala de aula como se esta fosse homogênea.

Os três eixos aqui discutidos sobre a individualização dos alunos, da didática e da avaliação, serve como estratégia aqui apresentada, para avançar rumo a uma educação que seja de fato inclusiva.

São estes modelos citados no parágrafo anterior que proporcionará o professor e os demais agentes envolvidos na educação inclusiva, a refletir sobre a forma como o ensino vem sendo conduzido nas escolas regulares, sendo totalmente excludente.

O mais preocupante da discussão acerca da homogeneidade do ensino é que a mesma segue práticas de décadas, por este motivo encontra-se viciada no seio da sociedade. Vale ressaltar que não é uma tarefa fácil erradicar algo que se acredita ser correto, como é considerar o aprendizado uniformizado tradicional das escolas.

Tudo que é novo causa impacto e muitas vezes sofre rejeição, mas é necessário um novo olhar para educação, a fim de torná-la inclusiva, mesmo sabendo dos desafios que será enfrentado. A tentativa de se quebrar modelos tradicionais que leva a segregação de alunos devem ser superados.

A escola, como instituição de educação formal, pautou-se sempre pelo estabelecimento (ou, no mínimo, pela busca) de uniformidades. Um exemplo é o agrupamento de alunos (turmas), obedecendo a critérios tais como idade, sexo, níveis de desempenho escolar, etc. (BEYER, 2013. p.27).

Portanto se faz necessário desconstruir esta prática errônea de uma pedagogia que não vê a grade curricular diversificada para melhor compreender o aluno de forma individualizada; respeitando no mesmo a sua capacidade de aprendizagem, que é fruto de uma história socioeconômica e cultural com lacunas na aprendizagem, e em alguns casos de alunos superdotados que estão para além da sua turma no que se refere à apropriação do conhecimento. Todos estes fatores são preponderantes para que o rendimento escolar de uma turma possa ser satisfatório.

Compreender a educação historicamente consiste em perceber que sempre a mesma, tratou a sala de forma uniforme. Mas, é óbvio que numa sala de aula os alunos nunca foram e nunca será homogênea, a heterogeneidade é uma característica bastante levada em consideração na educação inclusiva de alunos especiais.

A bidocência trata-se de um segundo educador na condução dos trabalhos com as turmas heterogêneas que é fundamental para que ocorra de fato a individualização do ensino como havia se proposto nos parágrafos anteriores. Trabalhar na educação especial com único professor na sala de aula dificilmente este conseguirá atingir a proposta da individualização da aprendizagem.

A educação subsidiária é outro conceito que se remota ao início do capítulo quando se falou da passagem de uma educação especial fixa para móvel, sendo esta por tanto denominada de também de educação subsidiária.

A educação subsidiária possui quatro princípios fundamentais: o da convivência, o da necessidade, da proximidade e da adequação. No princípio da educação especial móvel, é bastante claro o posicionamento contra a separação dos alunos especiais e normais.

Neste contexto as escolas especiais são consideradas como submissas a escolas regulares, pois a existência das escolas especiais está em função das escolas regulares, por este motivo são tidas como subsidiárias, por manter uma relação de dependência para poder existir.

Voltando para princípio da convivência o mesmo leva em consideração a preparação do aluno para a sociedade onde todos os indivíduos habitam, e não para uma sociedade composta exclusivamente de pessoas com deficiência. Então se o fim

último é encarar o convívio social, cabe então à escola iniciar este processo dentro do convívio em sala de aula com os mais diversos tipos de alunos.

O conceito da necessidade por sua vez visa ter este olhar de forma mais sensível pelo educador, percebendo a real limitação do aluno, e procurando oferecer o mesmo as condições necessárias para que a sua limitação não seja obstáculo a sua aprendizagem. Este princípio tem que ser observado sem ferir o princípio anterior citado o da convivência. Ambos necessitam do equilíbrio, não dá anulação para que possam ser aplicados com excelência.

A visão da proximidade tem por objetivo quebrar barreiras, deixando de ser um monopólio da educação especial, o atendimento a pessoas com deficiências passou a ter uma mobilidade maior, pois é levado muito em consideração à integração da criança, as escolas regulares são os espaços mais adequados para que haja esta integração, aproximação de profissionais do campo educacional e terapêutico passam atuar em todos os espaços que cerca a vida destas pessoas com necessidades especiais.

O princípio da adaptação tem como finalidade a ênfase na educação comum para que a mesma não tenha um atendimento educacional indiferenciado. Levando nesta modalidade de ensino os cuidados específicos que as crianças com deficiência necessitam de ter.

A educação inclusiva por sua vez, não pode esgotar as ações pedagógicas de cunho especializado, uma vez que os alunos com necessidades especiais se encontram no processo de inclusão nas escolas regulares. Pois os mesmos necessitam deste olhar diferenciado e ao mesmo tempo sem discriminação.

A grande questão por tanto a partir das políticas públicas de inclusão, consiste em fazer com que as concepções e as leis criadas e defendidas sobre educação inclusiva sejam concretizadas na prática escolar. A proposta de educação subsidiária a partir dos princípios que se relatou nos parágrafos anteriores seria a proposta viável de educação inclusiva.

2.1 A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: MARCOS LEGAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Muitos foram os avanços no mundo inteiro na legislação para pessoas com deficiência, aqui no Brasil foi a partir da constituição de 1988, observando-se o que

diz respeito aos dispositivos referentes à pessoa com deficiência, que se começou a avançar no campo da educação inclusiva, de acordo com o que está o texto da Constituição de 1988:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, (...) (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988 pode ser considerada como marco legal da educação inclusiva no Brasil, foi através dela que se teve um olhar mais sensível para uma educação onde todos tivessem inseridos dentro da escola.

É importante ressaltar que sem uma legislação que assegurasse a inclusão dos mais diversos grupos de pessoas excluídas da sociedade na escola, ficava difícil despertar uma consciência nas pessoas para tratar o deficiente ou qualquer que seja o grupo de excluindo, como: indígenas, negros e outros, como sendo uma questão importante de promover a igualdade entre as pessoas, determinada pela constituição brasileira.

As leis e as regras são de fundamental importância para uma sociedade, às mesmas são responsáveis para manter o controle, ou seja, promover a harmonia do convívio entre as pessoas. A constituição de 1988 trouxe muitos benefícios para os brasileiros, sendo que a partir dos mesmos muitos foram os avanços nas diversas áreas da sociedade, aqui vamos discorrer principalmente sobre a educação inclusiva e especial.

As sociedades desde outrora sempre foram excludentes, a questão do pré-conceito, é uma característica do indivíduo que tende a julgar algo que não conhece e que não busca conhecer na sua essência.

É muito comum a priori se formular um determinado conceito sobre alguma coisa ou alguém sem antes procurar conhecer. Tais atitudes são responsáveis pela exclusão de diversas pessoas do convívio em sociedade, sendo negado às mesmas o direito de se ter uma vida digna.

A lei é o aparato necessário para que as pessoas se sintam seguras, é através destas que se pode reivindicar o cumprimento da mesma. Por tanto é muito

importante que os representantes do povo estejam atentos as reais necessidades da população para que a mesma se sinta representada e contemplada nos seus anseios.

Vale ressaltar que quando a constituição preza pela não discriminação, é com intuito de que a sociedade brasileira se desenvolva da forma mais justa e igualitária possível. Muitas são as sociedades que não leva em consideração o respeito mútuo ao diferente.

O Art. 7º da CF/1988 assegura que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: “[...] XXXI- proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.” (BRASIL, 1988).

A sociedade brasileira tem de fato progredido muito ao longo de décadas nas oportunidades as pessoas com deficiência de se empregarem, os concursos públicos, as empresas privadas todos determinam vagas para pessoas com algum tipo de deficiência.

A valorização salarial de forma igualitária é importante para combater a exclusão. Até algumas décadas atrás as crianças e mulheres trabalhavam em jornadas de serviços semelhantes ao do homem, porém a remuneração era de forma diferenciada, porque os mesmos eram tidos como inferiores. Nas diversas sociedades os homens sempre foram mais privilegiados do que as mulheres e crianças, estes por sua vez considerados normais sofriam discriminação.

É necessário ressaltar que a despeito do que determina a lei onde a educação é um direito de todos, essa mesma lei deixa margens para outras interpretações haja vista que reforça as diferenças.

Ainda com relação a essa falta de clareza, se percebe problemas conceituais onde existe o desrespeito a preceitos constitucionais tendenciosos da legislação educacional e preconceitos que distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente a inserção de alunos com deficiência no ensino regular.

“Para que esta prática se consolide, é preciso modificar a concepção de ensinar e aprender, buscando metodologias que fomentem o respeito às diversidades”. Sendo assim, faz-se necessário buscar novas formas de enfrentamento desta situação, quebrando velhos paradigmas que envolvem os alunos com necessidades educacionais especiais, os quais privilegiam o erro e as dificuldades e não as diferentes capacidades e possibilidades que a diversidade pressupõe. (MAGALHÃES, 2003, p. 70).

Apesar da legislação em vários países, inclusive no Brasil, ser a favor da prática da inclusão, as escolas e a própria sociedade em geral continuam evidenciando a impossibilidade desta prática quer por questões de acesso, quer por não se sentirem preparadas no campo metodológico, ou ainda por não dispor de apoio pedagógico necessário, o fato é que as escolas regulares resistem à inclusão, como se dentro de seu quadro discente já não houvesse alunos com várias necessidades, como se a uniformidade estivesse presente na escola atual.

A Constituição Federal de 1988 respalda os que propõem avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência quando elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana. (Art. 1º, incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, Inciso IV). Ela garante o direito à igualdade (art.5º) e trata, no artigo 205 e nos seguintes do direito de todos a educação. Esse direito deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para a cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

Dessa forma compreende-se que só esses dispositivos seriam suficientes para garantir esse acesso. Mas além de outros argumentos é muito comum falar da impossibilidade da inclusão pelo fato de alguns alunos que apresentam um grau severo de deficiência intelectual, e nesse sentido entende-se que a inclusão não pode se dar em um ambiente hostil, onde a criança é olhada como se fosse um 'bicho' estranho.

Muitos são os autores que sustentam a teoria da inclusão como prática possível e necessária, entre eles, Freire (1996, p. 36) que nos lembra de que “a prática preconceituosa de classe, de raça, de gênero, ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”.

Desta forma, a vida em sociedade pressupõe o reconhecimento das multiculturas, resultado do avanço das novas tecnologias e das complexas transformações nos modos de produção social, o que se reflete na escola de modo significativo.

Sendo assim, de acordo com Ferreira e Guimarães (2003, p. 37) é “inquestionável o fato de que, a todo o momento, as diferenças entre os homens se fazem presentes, mostrando e demonstrando as especificidades naturais de cada um. É o direito de ser, sendo diferente”.

Diante disso, o espaço escolar pode traduzir esse direito através da construção de práticas dialógicas, onde, segundo Freire (1987, p. 45): Há sujeitos que se encontram para a pronúncia do mundo, para a sua transformação, e neste contexto, não pode haver dominadores nem dominados, apenas a busca permanente que o processo de conhecer implica.

Após a LDB de 1996, foi promulgada a Convenção para a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, celebrada na Guatemala em maio de 1999. O Brasil é signatário desse documento através do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, e outorgado pelo Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, da Presidência da República. De acordo com esse documento em seus art. 1º, alínea “a” do 2º.

[...] toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedentes de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Corroborando com esse texto entende-se que toda forma de discriminação deve ser combatida e repudiada haja vista que a educação só se efetiva num sistema de respeito às diferenças não lhe cabendo qualquer admissibilidade de preconceitos com pessoas que apresentem algum tipo de deficiência.

Outro documento que fortalece essas determinações foi a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CPDU), da ONU (2006), ratificada também pelo Brasil através da Emenda Constitucional, pelos Decretos Legislativos n. 186/2008 e executivo n. 6.949/2009, onde determina que os países que são signatários desse documento devem garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, em ambientes que favoreçam o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência.

Quanto a essa convenção e suas determinações alguns pontos reforçam a Convenção de Guatemala e evolui no sentido de que determina que o direito da pessoa com deficiência só acontece em um ambiente inclusivo, ou seja, a criação de escolas especiais para acolher essas crianças não significa incluir. No contexto em que elas escolas existem, as mesmas nos remetem a segregação considerando que essas crianças estão em salas especiais, longe do convívio com outras crianças pelo fato da sociedade considera-las diferentes.

É importante elencar que a partir dessa convenção surge a necessidade de uma reorganização do sistema de ensino objetivando reforçar a importância de um sistema educacional que perceba a criança com necessidades educacionais especiais possam ter oportunidade igual a outras crianças. Surge a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) inaugura um novo marco político e pedagógico na educação do país.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p.21).

Com isso entende-se que está assegurada a criança com deficiência o direito a uma educação dando-lhes a oportunidade de estarem incluídas nas salas regulares de ensino e conviver de forma igualitária com todas as outras crianças tendo todos os seus direitos assegurados.

Ainda com relação aos aspectos legais ressaltamos a Conferencia Nacional de Educação (CONAE) de 2010, que determinou como um de seus objetivos assegurarem a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotados nas turmas comuns do ensino regular.

Inúmeros são os documentos que atentam para a questão da inclusão da pessoa com deficiência dentre os quais os Decretos n. 7.611, n. 7.612. O que nos esclarece os dois decretos; o primeiro institui a educação especial como modalidade complementar à escolarização, nos termos da Política e Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). O segundo estabeleceu um conjunto de políticas Inter setoriais para a inclusão das pessoas com deficiência por meio do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – viver sem limite.

Embora se possa reafirmar que é mais uma garantia a essas pessoas, deixa bastante explícito seu caráter segregador haja vista que determina o financiamento público de instituições de caráter filantrópicas de educação especial. Como já dito apesar de reafirmar as garantias já asseguradas percebe-se claramente seu caráter preconceituoso, tendo em vista que oportuniza através do poder público o financiamento de instituições que desejam trabalhar com essa clientela e de certa

forma impedindo-a que a mesma busque nas escolas regulares a matrícula efetiva dessas crianças.

Outro fato que é bastante questionável são as expressões no texto desses documentos especificamente a Política Nacional de Educação Especial quando se refere ao acesso a essas pessoas utilizando expressões dúbias que põe a possibilidade de uma negativa por parte dos dirigentes educacionais pelo ingresso dessas crianças no sistema regular de ensino, fazendo com que as mesmas encontrem desculpas plausíveis para não matricular essas crianças.

Vale aqui ressaltar que apesar de todas essas leis, decretos, planos, convenções que buscam respaldar o direito a pessoa portadora de deficiência existe ainda muitos paradigmas que precisam ser quebrados até mesmo com relação às pessoas que constituem a escola, pais de crianças especiais no sentido de que ambas compreendam que é tanto dever do Estado como da própria família assegurar esse direito. E o que se percebe de maneira recorrente é que muitos pais ainda sem o conhecimento adequado ainda mantêm seus filhos isolados, deixados a margem com medo de que estes sofram preconceito da sociedade e sendo estigmatizados e/ou rotulados no ambiente escolar.

Uma das maiores barreiras para mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles possam provocar na nossa velha forma de ensinar. Por incrível que pareça, essa neutralização vem do próprio sistema educacional que se propõe a fazer mudanças, que está investindo na inovação, nas reformas do ensino para melhorar sua qualidade. (MANTOAN, 2015)

A inclusão implica mudanças no atual paradigma educacional, é a garantia de que todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. A inclusão escolar é parte integrante desse processo e deve oferecer educação de qualidade para todos, desconsiderando qualquer tipo de discriminação. A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Desse modo, incluir, não é só matricular e manter o aluno na escola, além de mantê-lo, se faz necessário tornar a escola um ambiente agradável onde ele possa de fato aprender.

Alguns desafios que se colocam para a efetiva inclusão escolar de pessoas com necessidades educativas especiais, como, a falta de preparo do professor e a existência nas escolas públicas de currículos tradicionais e inadequados, à prática da

educação inclusiva. O Projeto Político Pedagógico nessas escolas não contempla a educação inclusiva com as mudanças necessárias. Funciona como um documento paralelo que não atravessa o cotidiano da escola fica restrito à categoria de um arquivo, apenas engavetado. Isso é o que se observa no cotidiano escolar.

É importante informar que o paradigma da inclusão vem ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. No entanto, o paradigma da segregação é forte e enraizado nas escolas e com todas as dificuldades e desafios a enfrentar, acabam por reforçar o desejo de mantê-los em espaços especializados.

Mas é fundamental que se perceba que a inclusão expõe a fragilidade do sistema educacional com vistas à educação inclusiva assim como também a falta de conhecimento das pessoas que fazem parte da escola atual. Por isso é necessário avaliar a realidade e as controvertidas posições e opiniões sobre o termo. Outro aspecto a ser considerado é o papel do professor, pois é difícil repensar sobre o que está habituada a fazer, além do mais a escola está estruturada para trabalhar com a homogeneidade e nunca com a diversidade.

A tendência é focar as deficiências dos nossos sistemas educacionais no desenvolvimento pleno da pessoa, onde se fala em fracasso escolar, no déficit de atenção na hiperatividade e nas deficiências onde o problema fica centrado na incompetência do aluno. Isso é cultura na escola, onde não se pensa como está se dando esse processo ensino-aprendizagem e qual o papel do professor no referido processo. Temos que refletir sobre a educação em geral para pensarmos em inclusão da pessoa com deficiência.

Os processos de inclusão passem por atitudes não alienadas, pela tentativa de discutir cada caso em sua especificidade, buscando proporcionar ao grupo que inclui um sujeito singular, que, como qualquer um, tem vantagens e não como alguém que tenha tido o infortúnio de concentrar todas as desvantagens do mundo. (ALAMINOS; RIOLFI, 2006, p. 11).

Mas em contrapartida as mudanças são lentas, exigem compromisso, vontade política e a desmistificação de conceitos preestabelecidos por uma sociedade excludente que costuma ver o diferente como uma ameaça, e nesse sentido qualquer tentativa de mudanças está fadada ao fracasso se não trazer em si uma vontade de perceber o outro em toda sua plenitude. Que a despeito de suas deficiências são seres humanos que precisam ser respeitados e aceitos porque não é uma anomalia que os

tornam diferentes, cada um de nós, ser humano é uno e temos nossas limitações. O fato de sermos considerados 'normais' não nos torna melhores.

2.2 A INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DA REORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS EM TODAS SUAS DIMENSÕES

E na busca por essa escola ideal, ou melhor, uma escola que perceba a criança com deficiência sem preconceitos, que se faz necessário observar alguns aspectos que são imprescindíveis como já ditos em outro momento. A reorganização dos espaços escolares assim como também a questão pedagógica e aqui devem estar explícito a formação dos professores, o projeto político da escola, entre outros desafios.

Mantoan (2015) assevera que para universalizar o acesso de todos os alunos, incondicionalmente, nas turmas escolares e democratizar a educação, muitas mudanças já estão acontecendo em algumas escolas e redes públicas de ensino-vitrines que expõem o sucesso da exclusão.

A reorganização das escolas depende de um encadeamento de ações que estão centradas no projeto político-pedagógico. Esse projeto, que já se chamou de "plano de curso" e de outros nomes parecidos, é uma ferramenta de vital importância para que as diretrizes gerais da escola sejam traçadas com realismo e responsabilidade. Não faz parte da cultura escolar a proposição de um documento de tal natureza e extensão, elaborado com autonomia e participação de todos os segmentos que a compõem. Tal projeto parte do diagnóstico da demanda que penetra fundo nos pontos positivos e nos pontos fracos dos trabalhos desenvolvidos define prioridades de atuação e objetivos, propõe iniciativas e ações, com metas e responsáveis para coordená-las. O documento em questão esclarece diretor, professores, coordenadores, funcionários e pais sobre a clientela e sobre os recursos, humanos e materiais, de que a escola dispõe.

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Eis aí um grande desafio a ser enfrentado quando nos propomos a reorganizar as escolas,

cujo paradigma é meritocrático, elitista, condutista e baseado na transmissão dos conhecimentos, não importa o quanto estes possam ser acessíveis ou não aos alunos.

Outra situação que implica é a necessidade de recriação dos espaços educativos do trabalho escolar é a que diz respeito ao trabalho em sala de aula, ainda muito marcado pela individualização das tarefas, pelo aluno, que trabalha na maior parte do tempo sozinho, em sua carteira, mesmo que as atividades sejam comuns a todos. Experiências de trabalho coletivo, em grupos pequenos e diversificados, mudam esse cenário educativo, exercitando: a capacidade de decisão dos alunos diante da escolha de tarefas; a divisão e o compartilhamento das responsabilidades com seus pares; o desenvolvimento da cooperação; o sentido e a riqueza da produção em grupo; e o reconhecimento da diversidade dos talentos humanos, bem como a valorização do trabalho de cada pessoa para a consecução de metas que lhes são comuns.

Um hábito extremamente útil e natural, e que tem sido muito pouco promovido nas escolas, é o de os alunos se apoiarem mutuamente durante as atividades de sala de aula. A reorganização administrativa e os papéis desempenhados pelos membros da organização escolar são outros alvos a serem alcançados. A descentralização da gestão administrativa é condição para que se promova maior autonomia pedagógica, administrativa e financeira de recursos materiais e humanos das escolas e é promovida por meio da atuação efetiva dos conselhos, dos colegiados e das assembleias de pais e de alunos. (MANTOAN, 2015, p. 67).

Ao serem modificados os rumos da administração escolar, os papéis e a atuação de diretor, coordenadores, supervisores e funcionários perdem o caráter controlador, fiscalizador e burocrático e readquirem teor pedagógico, deixando de existir os motivos pelos quais esses profissionais ficam confinados em seus gabinetes, sem tempo para conhecer e participar mais intensiva e diretamente do que acontece nas salas de aula e nos demais ambientes educativos das escolas.

A preocupação central deve ser a de remover as barreiras que, de uma forma muitas vezes escondida, existem na escola e que se tornam intransponíveis, quando se trata de acolher um aluno com dificuldades.

Nesse sentido compreende-se que a organização da escola (horários, instalações, serviços de apoio, refeições, biblioteca etc.) pode constituir empecilhos e barreiras para o aluno com dificuldades. Não se devem confundir estas barreiras com o imprescindível empenhamento e trabalho que os alunos precisam dedicar à aprendizagem. Remover as barreiras à aprendizagem não significa conceber a

aprendizagem como “fácil” ou “divertida”; significam que devem ser removidos do processo de aprendizagem, os constrangimentos que, a ela não se encontrando diretamente ligados, e que pode afetar.

Dessa forma é importante ressaltar que as ferramentas estão postas para as mudanças. Fazer com que esta aconteça depende da condução dos atores que compõem o sistema educacional ou numa esfera menor a escola para que todos que ali se constituem fazer a educação que contribua para que os alunos com necessidades especiais se sintam acolhidos e respeitados dando-lhes a oportunidade de se constituírem atores de sua história respeitando suas habilidades e competências.

E tratando-se especificamente do professor que está vivendo o dia a dia na escola, é necessário que o mesmo se atualize, aperfeiçoe suas práticas e para que estes se sintam motivados a compreender que a inclusão apesar de todas as dificuldades que a priori se apresenta é algo presente, atuante e determinante para que se possa desmistificar assim como quebrar paradigmas que estão enraizados em nossa sociedade e que acaba segregando os alunos tirando destes a oportunidade de interagirem com outras crianças se há medo de se tornarem reféns de estereótipos que surgem inadvertidamente na sala de aula.

A escola real, aquela que não queremos encarar, coloca-nos entre muitas coisas, dentre as quais se podem elencar: queremos que a escola mude ou mude os alunos para se ajustar as velhas exigências? Ensino especializado para todas as crianças ou ensino especial para algumas? Professores que se aperfeiçoam para mudar a sua postura profissional, para atender as diferentes demandas, ou professores especializados para ensinar aos que não aprendem ao que não sabem ensinar? E percebemos que mudar a escola significa mudar a realidade a que estão todos envolvidos, o medo do novo, o conformismo tão natural de alguns profissionais, o medo do fracasso todos esses fatores corroboram para que se consiga aumentar o paradigma da inclusão nas escolas públicas.

Mas a superação dos desafios precisa acontecer de forma urgente, não se concebe uma educação dita como libertadora no sentido de desenvolver a criticidade do aluno marcado por preconceitos. É necessário um repensar do projeto político pedagógico da escola, onde a escuta e um olhar sejam uma das principais marcas dessa nova instituição. A clientela da escola mudou, a sociedade evolui a cada novo dia, as demandas que se apresentam para a escola são mais complexas e maiores e

é nesse espaço que se precisa construir uma nova concepção de educação, educação de respeito, valores, onde os métodos e práticas não precisam apenas ser quantificados, onde os alunos não sejam apenas estatísticos.

É importante ressaltar que se tem consciência que os argumentos em desfavor da inclusão não são algo novo, alguns adeptos da escola tradicional corroboram para que esse processo não consiga superar as barreiras e desafios que ainda são muitos no meio educacional. Tais profissionais repetem o discurso da incapacidade de atuar diante da complexidade, da diversidade, da variedade, do que é real nos seres e nos grupos humanos. Vale aqui salientar que os alunos não são virtuais, objetos categorizáveis eles existem de fato, são pessoas que provêm de uma diversidade cultural própria de cada grupo representam diferentes segmentos sociais, produzem e ampliam conhecimentos e têm desejos, aspirações, valores, sentimentos e costumes com os quais se identificam. Dessa forma é necessário afirmar que o aluno abstrato justifica a maneira excludente de a escola tratar as diferenças. E assim eles são rotulados: deficientes, carentes, comportados, inteligentes, hiperativos, agressivos e tantos mais.

E são esses rótulos que são identificados na escola reforçando preconceito e criando os estereótipos que circulam dentro da escola. Por detrás dela é que a escola se protege do aluno, na sua singularidade. Tal especificação reforça a necessidade de se criarem modalidades de ensino, de espaços e de programas segregados, para que alguns alunos possam aprender. E isso nos leva a compreender que tal comportamento tem contribuído para o discurso sobre a existência de classes especiais fazendo com que as crianças sejam colocadas em espaços onde os ditos diferentes possam interagir sem o constrangimento de ser percebido como diferente.

Podemos entender que nessa visão é mais fácil administrar essas diferenças. Mas é necessário também elencar que essa postura a cada dia tende a ser enfraquecida tanto pelas políticas públicas, a própria legislação e a insistência em diminuir essa diferença de postura tanto no sistema educacional quanto na própria concepção da família.

Não se pode furtar a questão da inclusão encontra resistência em vários setores o que dificulta a disseminação dessa demanda. O próprio conceito de inclusão faz com que haja uma dupla interpretação por alguns teóricos tentando minimizar os efeitos de uma questão tão delicada, mas ao mesmo tempo tão importante para

oportunizar que essas pessoas têm seu acesso garantido não só na teoria como também na prática do dia a dia das instituições de ensino.

Porque se tem consciência que se refazer a educação escolar segundo novos paradigmas e preceitos, novas ferramentas e tecnologias educacionais. As condições de que se dispõem, hoje, para transformar a escola nos possibilita a propor uma escola única e para todos, em que a cooperação substituirá a competição, pois o que se pretende é que as diferenças se articulem e se componham e que os talentos de cada um sobressaiam.

É inegável que as ferramentas estão aí, para que as mudanças aconteçam e para que reinventemos a escola, “desconstruindo” a máquina obsoleta que a dinamiza, os conceitos sobre os quais ela se fundamenta os pilares teórico-metodológicos em que ela se sustenta. Os pais podem ser os grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu.

Dessa forma se pode afirmar que a inclusão deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais se impõe uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais.

Infelizmente, caminha-se a passos lentos na direção da inclusão, sejam por falta de políticas públicas de educação apontadas para estes novos rumos, seja por outros motivos menos abrangentes, mas relevantes, como pressões corporativas, ignorância dos pais, acomodação dos professores. Por isso, é importante afirmar sem o comprometimento de todos é impossível uma virada nessa situação. É revolucionar o sistema educacional em favor de uma educação mais humana, mais democrática.

A qualidade desse ensino resulta do primado e da supervalorização do conteúdo acadêmico em todos os seus níveis. Persiste a ideia de que as escolas de qualidade são as que centram a aprendizagem no racional, no aspecto cognitivo do desenvolvimento, e que avaliam os alunos, quantificando respostas-padrão. Seus métodos e suas práticas preconizam a exposição oral, a repetição, a memorização, os treinamentos, o livro, a negação do valor do erro.

2.3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA SALA REGULAR

Ensinar não é uma tarefa fácil, ela envolve conhecimento de como se dá o processo de ensino e aprendizagem. E esse processo envolve incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular e para que isso aconteça é preciso que haja uma mudança na estrutura das escolas, na flexibilização dos currículos e na formação continuada de professores, considerando que este último ponto nos tem sido percebido como um dos mais polêmicos, pois é comum ouvir o discurso de professores que se sentem incapazes de lidar com esse público.

Incluir não significa simplesmente abrir vagas no sistema regular de ensino, é preciso oferecer condições para que essa clientela possa se desenvolver considerando suas especificidades. É necessário afirmar que é um desafio, e não é fácil e nesse sentido é preciso que os professores desenvolvam estratégias que possibilitem na sua efetiva prática pedagógica o favorecimento de aprendizagem de todos os alunos envolvidos nesse processo.

É importante salientar que toda e qualquer mudança não acontece da noite para o dia, é um processo, são paradigmas que há muito tempo estão enraizados na cultura da sociedade e não se faz necessária a adoção de práticas diferentes de ensinar, mas é importante que os professores elaborem ações que corroborem para o desenvolvimento dessas crianças.

O que vem dos livros e o que é transmitido aos professores nem sempre penetra em suas práticas. A experiência a que nos referimos não está relacionada com o tempo dedicado ao magistério, ao saber acumulado pela repetição de uma mesma atividade utilitária, instrumental. Estamos nos referindo ao saber da experiência, que é subjetivo, pessoal, relativo, adquirido nas ocasiões em que entendemos e atribuímos sentidos ao que nos acontece, ao que nos passa, ao que nos sucede ao viver a experiência (BONDÍA, 2002).

Dessa forma se compreende que o papel do professor, será o de formador, que não visa tão somente a um pequeno número de alunos, mas contempla a todos os alunos indistintamente. O caráter de imprevisibilidade da aprendizagem é constatado por professores que aproveitam as ocasiões para observar, abertamente e sem ideias pré-concebidas, a curiosidade do aluno que vai atrás do que quer conhecer, que questiona, duvida, que se detém diante do que leu, do que lhe

responde, na sua escuta procurando resolver e encontrar a solução para o que lhe perturba e desafia com avidez, possuído pelo desejo de chegar ao que pretende.

Questiona-se muito a situação do aluno com necessidades educacionais especiais em salas regulares, mas se pode constatar que essa dificuldade não está apenas relacionada ao professor, ou a própria instituição, a própria família apresenta essa dificuldade de aceitação. Os pais ainda vitimam muito seus filhos, achando que os mesmos não têm condições de conviverem com outras crianças ditas como “normais” e dessa forma entende-se que a segregação também acontece em casa, quando pela falta de conhecimentos muitos pais mantem seus filhos longe da escola, por medo do preconceito que os mesmos podem sofrer pela deficiência que apresentam.

A inclusão não deve ocorrer só na escola, antes da criança vir para a escola ela deve estar totalmente incluída na família, na comunidade, na igreja, praça, e esse processo só acontecem quando todos envolvidos compreenderem que é dessa aceitação que será possível fazer com que a criança alcance um desenvolvimento global e harmonioso. Ao ingressar na escola regular, a criança enfrenta seu maior problema. Não se pode exigir da escola a quebra de paradigmas apenas de um lado, de um grupo. Isso precisa como já dito, um compromisso de todos.

Em poucas palavras, a inclusão não pode mais ser ignorada. Ela está tão presente que motiva pressões descabidas, que pretendem nos desestabilizar a qualquer custo. Aos contra-sensos pelos quais a escola inclusiva é tão combatida, vamos responder com o sentido pleno que damos à escola que queremos para todos os brasileiros – uma escola que reconhece e valoriza as diferenças.

A escola inclusiva, numa dinâmica promissora, busca a reorientação curricular, propondo uma nova forma de abordar os conteúdos curriculares no cotidiano escolar. O planejamento curricular coletivo pode acontecer por áreas, ciclos ou assuntos de interesse comum. Esta ação da escola desloca o enfoque das sequências lógicas, hierarquização de conhecimentos, ordenamento e grades horárias, passando para um novo entendimento do currículo e sua função. Tal concepção propõe a revisão dos conteúdos e suas prioridades, objetivos, temporalidade, considerando os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem.

Dessa forma sim será possível construir um novo conceito de escola, sem preconceitos, desprovidas de velhos paradigmas que só serviram para disseminar e reforçar as diferenças

3 O ACESSO DE ALUNOS (AS) COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ACARAPE/CE: A VISÃO DE DOCENTES, PAIS/OU RESPONSÁVEIS

De acordo com a LDBEN, compete à escola e aos profissionais de educação preparar-se para receber e educar as pessoas com necessidades educacionais especiais. Para tanto, o sistema de ensino precisa dar condições às instituições escolares que sejam condizentes com uma proposta de inclusão educacional de sucesso. Na perspectiva de educação inclusiva, não se espera mais que a pessoa com NEE se integre por si mesma, mas sim que o contexto se transforme para possibilitar sua inserção. Entretanto, para que isto aconteça é necessário adequar/transformar pensando nas particularidades de cada sujeito.

A referida Lei prevê ainda a resignificação do espaço escolar no tocante a currículos, métodos, técnicas, ou seja, estabelece que se realizem as necessárias adaptações curriculares para assegurar o direito ao atendimento das necessidades educativas especiais dos alunos com deficiência. Está prevista também nessa Lei, a formação dos professores da rede regular de ensino, em prol do acolhimento desses alunos em classes regulares, possibilitando o acesso ao currículo e ao conhecimento necessário para a inclusão de todos.

Dessa maneira, para Costa (2005, p. 91) “A urgência por uma educação democrática e emancipadora parece se constituir como alternativa para a superação da diferença significativa como obstáculo para o acesso e permanência na escola pública dos alunos com necessidades especiais e na possibilidade de se pensar em uma sociedade justa e humana”.

Portanto, em relação à educação dos alunos com necessidades especiais, observa-se a emergência de uma educação inclusiva e de movimentos de combate ao preconceito voltado àqueles denominados ‘especiais’, considerando-se que a educação, segundo Adorno (2000, pp.141-142) é, antes de tudo, esclarecimento e o desenvolvimento de uma consciência verdadeira. Para o referido autor, a educação nessa perspectiva: (...) seria inclusive da maior importância política; sua ideia, em sendo permitido assim dizer, é uma exigência política. Isso é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito demanda pessoas emancipadas.

Uma democracia efetiva só pode ser imaginada como uma sociedade de pessoas emancipadas. Dessa maneira, de acordo com Costa (2007), “(...) o processo

de inclusão de alunos com deficiência deve ocorrer na escola como espaço sócio democrático, no qual o conhecimento contribuirá para o reconhecimento da diferença como inerente à humanidade, a solidariedade e a manifestação da subjetividade.” Também, como espaço de experiências, considerando a escola capaz de promover a remoção das barreiras à aprendizagem, deixando de considerar as deficiências dos alunos como obstáculo à sua democratização. Antes, destacando a humanidade, o direito à educação e o acesso ao conhecimento.

3.1 UMA VISÃO PANORÂMICA DO MUNICÍPIO DE ACARAPE-CE

Acarape é uma cidade do Estado do Ceará. Os habitantes se chamam acarapenses. O município se estende por 160,3 km² e contava com 15 338 habitantes no último censo.

A densidade demográfica é de 95,7 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Barreira, Redenção e Aracoiaba, Acarape se situa a 3 km a Sul-Leste de Redenção a maior cidade nos arredores. Situado a 76 metros de altitude, de Acarape tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 4° 13' 36" Sul, Longitude: 38° 42' 28" Oeste.

Figura 1 - mapa do Ceará com destaque para a localização município de Acarape



Fonte: Wikipédia

As origens do município remontam à segunda metade do século XVII. Segundo uma lenda, um grupo de frade em fuga abrigou-se por entre umas pedras em forma de gruta onde permaneceu por alguns dias. Numa manhã, ao ouvir o canto de um galo, um deles falou: Canta galo! Percebendo a aproximação de pessoas, outro replicou: Cala a Boca! Após certo tempo, o chefe do grupo sentenciou: Esse lugar ficará batizado de Frades; o primeiro lugarejo que nós passarmos será o Cantagalo e o segundo chamar-se-á de Cala boca. Cala boca era um lugar primitivo, de casebres de palha, com fresca água natural das fontes e uma humilde população que vivia da agricultura.

Em 1879 o pequeno povoado despertou de um longo marasmo com a chegada do “bicho da caldeira fervente”, o trem de ferro. Com a inauguração da estação ferroviária comerciantes estabeleceram-se nas cercanias de Cala boca, promovendo o desenvolvimento do povoado e o crescimento da população. O distrito de Cala boca foi criado em 1883 e renomeado de Acarape em 1926. Acarape emancipou-se de Redenção em 1987. As Sedes dos municípios de Acarape e Redenção podem ser consideradas o prolongamento uma da outra, devido à distância de apenas três quilômetros que separa as duas cidades. Acarape possui construções antigas, com suas fachadas preservadas e propriedades agrícolas com extensos canaviais. A cana de açúcar é o principal produto agrícola de Acarape. O Município ficou conhecido pela qualidade na fabricação de aguardentes, algumas com nomes curiosos como Brunswinck, Cavallo Preto e Bagageira.

As grandes festas de Acarape acontecem no mês de junho: o Festival de Quadrilhas e a festa de São João Batista. Semana do Município é comemorada em Abril. O município conta com dois grandes açudes: o açude Hipólito, conhecido como o açude do Mamoeiro, e o açude Antônio Vieira, no sítio Boqueirão Garapa. Foi elevada categoria de Vila a 28 de dezembro de 1888 pela lei 1.255. Nascida das verdadeiras aspirações de seus filhos e graças ao trabalho abnegado das lideranças políticas passou a cidade pela lei 11.308 de 15 de abril de 1987.

No pleito eleitoral de 15 de novembro de 1988 foram escolhidos: Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, através do voto direto e maioria absoluta formando o executivo e legislativo municipal. No dia 1º de janeiro de 1989 instala-se o Paço Municipal e Câmara de Vereadores. A promulgação da 1ª Constituição Municipal ocorreu em 05 de abril de 1990 após longo período de reuniões com participação efetiva e propostas de todos os segmentos da sociedade.

3.2 MAPEANDO AS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE ACARAPE-CE

A Educação Especial, em 1996, foi destacada com mais ênfase, sendo contemplada dentro da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96, Capítulo V, assinalando assim a política norteadora para a Educação Especial. Considera-se importante ainda, fazer outros destaques neste capítulo para se compreender melhor alguns aspectos significativos.

A Lei 9394/96, no capítulo V, artigo 58, coloca que os portadores de necessidades educativas especiais devem ser atendidos preferencialmente na rede regular de ensino e, quando necessário, haverá serviços de apoios especializados, para atender as peculiaridades da clientela. Os demais artigos deste capítulo da lei também falam da Educação Especial.

No âmbito da secretaria municipal de educação de Acarape-Ce, foi entrevistada a coordenadora municipal do AEE que apresentou um panorama geral sobre a situação do atendimento educacional especializado ofertado pelo município em questão.

No primeiro questionamento foi solicitado que a mesma falasse um pouco como o seguimento está organizado dentro do município.

No âmbito da educação especial, encontra-se organizada como seguimento dentro da secretária municipal de Educação, o mesmo é conduzido por uma psicopedagoga, responsável pela triagem de alunos com déficit de aprendizagem que não acompanham a sala de aula do sistema regular. (COORDENADORA MUNICIPAL).

No segundo momento foi perguntado como é realizado a seleção dos alunos e como os mesmos eram selecionados para acompanhamento junto aos profissionais.

A triagem destes alunos é feita pelos professores e pelo núcleo gestores das escolas públicas de Acarape, a partir deste momento os alunos são encaminhados para avaliação da psicopedagoga lotada na secretaria de educação, onde a mesma direciona os alunos a ela encaminhados para o diagnóstico final que compete ao profissional da saúde específico de acordo com cada deficiência percebida (COORDENADORA MUNICIPAL).

Como a coordenação procede diante dos encaminhamentos que são levados a seu departamento?

A maioria dos casos é encaminhada pela psicopedagoga para o neurologista, por se tratar de deficiências mentais, somente após o diagnóstico do neurologista baseado em exames é que se elabora um laudo médico, para ser encaminhando para a secretária de educação do município de Acarape, a fim de que o mesmo contribua para os pais e professores, assim como para a escola de forma geral na busca de uma melhor forma de ajudar o aluno especial a superar o seu déficit de aprendizagem (COORDENADORA MUNICIPAL).

Existem salas de atendimento educacional especializado? E onde as mesmas estão localizadas?

Nos últimos cinco anos o município de Acarape, de forma gradativa foi implantando nas escolas as salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado), atualmente são ao todo quatro salas no município. Duas destas salas estão nas escolas mais numerosas, são elas: a escola Francisco Rocha Ramos localizado no bairro são Benedito, a outra escola é Padre Antônio Crisóstomo, localizada no centro. Estas duas foram pioneiras no atendimento educacional especializado no município de Acarape (COORDENADORA MUNICIPAL).

As escolas conseguem atender a demanda existente no município?

A demanda do município foi aumentando, daí surgiu à necessidade também de abrir as salas de AEE, nas localidades e no distrito. Em 2018 houve por tanta implantação da sala de AEE na escola Antônio Marinheiro, zona rural de Acarape. A referida escola atende alunos das seguintes localidades: Pau branco, Poço Escuro, Garapa 1 e 2, Tamanduá, Lagoa dos veados e amargoso. Ainda em 2018 foi implantada a sala de AEE na localidade de caro-atolado, que por sua vez atende alunos também das localidades de Barro-vermelho, Cantagalo e açude do mamoeiro, todas pertencentes ao distrito de Cantagalo. (COORDENADORA MUNICIPAL).

Quais os critérios adotados para a inclusão dos alunos nas salas de atendimento educacional especializado?

O aluno tem que possuir um laudo médico com fins de comprovação da sua deficiência. É importante também esclarecer para os pais e para as demais pessoas que uma vez matriculado o aluno na sala de AEE, este não poderá estar matriculado em outra sala de AEE, em outros municípios ou em entidades filantrópicas. Existe por tanto uma base de dados que cruza informações e que acusará duplicidade da matrícula caso aconteça do aluno frequentar duas salas de AEE em município diferentes. Com relação a matrícula do aluno com deficiência na sala de AEE, outro ponto importante exigido é que o aluno esteja matriculado no contra turno na sala de aula regular. Estes são, portanto, requisitos fundamentais para admissão dos alunos nas salas de AEE, do município de Acarape (COORDENADORA MUNICIPAL).

Com relação aos profissionais que atuam no município nas salas de atendimento especializado. Quantos são e como a coordenação percebe o envolvimento destes em seu trabalho junto a essas crianças?

O município de Acarape no ano de 2018 conta com cinco professores de AEE, todos com especialização, e cursos de aperfeiçoamento na área de educação especialização. Durante o ano de 2018 também foram contratados pelo município diversos cuidadores para aqueles alunos diagnosticados com uma deficiência mais grave. Mas, com relação ao papel do cuidador, percebeu-se uma falta de esclarecimento entre os mesmos e os professores da sala regular. Fato este que em algumas situações chegou a causar constrangimento para ambos. Mediante a tal situação a coordenação do seguimento da educação especial na secretária de educação passou a ofertar também para os cuidadores formação mensal, juntamente com professores das salas do AEE a fim de que ambos possam cumprir suas respectivas funções com o máximo possível de excelência (COORDENADORA MUNICIPAL).

Que tipo de profissionais o município dispõe para o atendimento a essas crianças? E existe parceria com outras secretarias atualmente?

A principal parceira é a secretária de saúde do município de Acarape onde disponibiliza uma fonoaudióloga para atender na secretária de educação os alunos direcionados pela psicopedagoga que necessitam de tratamento contínuo com este profissional. Os atendimentos são realizados através de agendamento pelo próprio profissional na secretária de educação do município, chegando a atender um único aluno em média de dois atendimentos durante a semana. (COORDENADORA MUNICIPAL).

Qual a disponibilidade do município para o atendimento de crianças que precisam de deslocamento para outros municípios?

A secretária municipal de Educação de Acarape dispõe de um micro-ônibus adquirido do governo federal colocado exclusivamente para o uso dos alunos da educação especial. Este transporte conduz duas vezes por semana as terças-feiras e quintas-feiras os alunos matriculados na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) do município de Guaiuba-Ce. A aquisição deste micro-ônibus facilitou muito atender esta clientela da educação especial com qualidade e de forma eficaz (COORDENADORA MUNICIPAL).

Com relação à estrutura física das escolas no que diz respeito à acessibilidade dessas crianças, como se encontra o município?

As escolas do município de Acarape no âmbito geral no quesito estrutura física dos prédios, não são adequadas como determina a lei com rampas de acesso, banheiros para deficientes físicos, dentre outros recursos que possibilite o acesso do aluno com deficiência. As salas de AEE, é que de forma ainda muito tímida são improvisadas para atender os alunos com deficiências, mas existem muitas cobranças por partes dos professores a secretaria de educação, e esta por sua vez ao gestor do município no caso o prefeito que por sua vez até o dado momento não se manifestou para apresentar melhorias nas respectivas salas citadas (COORDENADORA MUNICIPAL).

No fim da entrevista a coordenadora faz algumas ponderações acerca do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo município.

É notório alguns avanços, como também é perceptível que se tem muito mais avançar. Cabe por tanto aos pais, professores, secretaria de educação, e a prefeitura municipal de Acarape como todo, de mãos dadas somarem forças para investir ainda mais neste seguimento da educação do município que é a educação especial, para poder colher no futuro próximo frutos desta união de todos em prol de uma educação especial de qualidade (COORDENADORA MUNICIPAL).

No ano de 2003 teve início o programa educação inclusiva, promovida pela Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação - MEC, dando ênfase à nomenclatura direito à diversidade. A política de educação inclusiva abrangeu os municípios brasileiros e promoveu formação continuada para efetivar o processo educacional de forma inclusiva, através de programas complementares e suplementares com o foco na área da inclusão.

Este programa também formalizou a implantação de salas de recursos multifuncionais em consonância com a ampliação do Projeto Educar na Diversidade. O Atendimento Educacional Especializado decorre de uma nova concepção da Educação Especial, sustentada legalmente, e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência (BRASIL, 2007, p.22).

A discussão sobre formações de educadores inclusivos teve início a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, Tailândia, na década de 90. Desde então foi colocado em questão às habilidades e as competências que um professor inclusivo precisa possuir para atender as necessidades educacionais especiais. O referido documento traz significativas reflexões, entre elas pode-se destacar: a competência de avaliar as necessidades educacionais; adequar o currículo; obter ajuda das TIC's, acompanhar individualmente o processo de aprendizagem; recorrer à ajuda de pais e especialistas.

De acordo com BRASIL (2005, p.5) "é comum observarmos no cotidiano escolar mitos e distorções em relação ao processo educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais. Temos de nos ver e ser vistos como profissionais com responsabilidades e compromissos".

A contribuição de Brasil revela o quão é importante um novo olhar sobre a educação inclusiva, propõe além das reformulações arquitetônicas, adesão aos recursos tecnológicos, preparo e dedicação por parte dos professores além do empenho de todo corpo funcional. Deixando de lado as crenças e

mitos que rodeiam os paradigmas inclusivos. “o preparo de todos os funcionários da escola é o que proporciona o êxito da inclusão”. (RAMOS, 2010, p. 42-43)

De nada adianta o professor ser capacitado a desenvolver seu trabalho se aqueles que estão no entorno não se apercebem do processo. São esses entraves que levam a concordar com NÓVOA (1995, p. 25) apud MIRANDA e FILHO (2012, p. 17) “a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal”.

Apenas professores devidamente capacitados para o Atendimento Educacional Especializado são capazes de atender propriamente alunos especiais, levando em consideração todas as presentes dificuldades da rotina de um aluno com deficiência em escolas regulares. A maioria dos professores que trabalha em salas de aula regulares ainda não conta com uma instrução voltada à Educação Especial. Nesse sentido, para auxiliar na inclusão dos alunos, os docentes devem ter acesso a cursos online que possibilitem a noção de habilidades e sensibilidades para saber como atender e compreender os alunos com necessidades especiais.

Na perspectiva de elucidar maiores esclarecimentos através dos profissionais que trabalham diretamente com os alunos com necessidades educacionais especiais o segundo grupo de entrevistados foram os professores que trabalham na escola.

Para tanto optamos pela escolha de 03 profissionais que trabalham em escolas diferentes sendo as mesmas 02 localizadas na zona rural e 01 escola na zona urbana.

Foram realizados os seguintes questionamentos as professoras: o município de Acarape oferta o seguimento da educação especial para os alunos da rede municipal? E como essas crianças são encaminhadas para encaminhadas para o profissional da área?

O município de Acarape apenas quatro escolas funciona as salas de AEE (Atendimento Educacional especializado). Para ingressar nas salas de AEE o núcleo gestor da escola tem que fazer um relatório do aluno e encaminhar para psicopedagoga, esta por sua vez faz a avaliação do aluno que direciona o mesmo para que o profissional da saúde especialista possa diagnosticar e deficiência (PROFESSORA I).

O município de Acarape oferta o seguimento de educação especial. A secretaria de educação encontra-se disponível uma psicopedagoga que é

responsável por cinco professores qualificados na área de educação especial. A psicopedagoga também é responsável pelo acompanhamento dos professores cuidadores e de alguns alunos que são enviados pelas escolas para serem diagnosticados ou encaminhados para o profissional da saúde adequado. (PROFESSORA II).

O seguimento de ensino da educação Especial é contemplado no município de Acarape, a partir do serviço desenvolvido nas salas de recursos multifuncional. As ações desenvolvidas nessa modalidade são realizadas com a oferta de atendimento com psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo e atendimentos educacionais realizados nas escolas a partir do pedagogo. (PROFESSORA III).

Outro questionamento levantado junto aos professores foi sobre a condicionalidade no processo de triagem dessas crianças.

A triagem é realizada após a avaliação do professor do ensino regular quando este percebe a dificuldade do aluno. Vai ao núcleo gestor da e este encaminha para psicopedagoga o relatório descrevendo o comportamento e as características da aprendizagem do aluno. (PROFESSORA I).

A triagem dos alunos especiais dentro do município para frequentarem a sala de AEE ocorre da seguinte maneira, após o professor do ensino regular perceber o déficit de aprendizagem do aluno, o mesmo passa a se queixar ao núcleo gestor da dificuldade do aluno, o núcleo gestor encaminha para psicopedagoga um relatório elaborado pelo professor da sala regular, descrevendo o comportamento e as características da aprendizagem do aluno. Somente de posse do relatório de sala de aula e avaliação do aluno com a psicopedagoga, é que a mesma solicitará que o referido aluno seja acompanhado por profissionais da saúde correspondente a necessidade especial de cada aluno. (PROFESSORA II).

O processo diagnóstico ocorre a partir de avaliações realizadas pela equipe multidisciplinar finalizando com o encaminhamento ao neurologista. O fechamento do diagnóstico é um pouco lento, pois o agendamento com neurologista não acontece de imediato, porém a hipótese diagnóstica mais relevante sugere para dificuldades na aprendizagem (PROFESSORA III).

Quais as principais dificuldades encontradas pelos professores para que aconteça o atendimento e que essas crianças recebam o apoio necessário que favoreça ao seu desenvolvimento.

Um dos maiores obstáculos encontrado no município é a falta de preparação dos professores para trabalhar com alunos com deficiência, principalmente os professores da sala de ensino regular. Os alunos com deficiência são matriculados e ficam na sala de aula sem participar das aulas, pois os professores do ensino regular não passam para os alunos especiais atividades diversificadas (PROFESSORA I).

A falta de profissionais especialistas da saúde para acompanhar a criança no município, dando-lhes o direito que lhes assiste. Segundo ela existe uma dificuldade grande de transporte para locomoção dos alunos especiais dentro do próprio município, com destaque a zona rural do mesmo. (PROFESSORA II).

O desconhecimento do seu papel enquanto instituição que precisa saber o que promove a inclusão. Não é papel somente dos envolvidos nesse processo de inclusão, mas um compromisso de todos (PROFESSORA III).

Sobre os recursos humanos e materiais disponíveis para o trabalho dos professores em salas de AEE e a formação destes.

Os materiais utilizados nas atividades com alunos na sala de AEE são reciclados, nós quem compramos os materiais que precisa, pois, precisamos mostrar resultados. Quanto aos recursos humanos é insuficiente a demanda, por tanto o município deixa a desejar neste quesito. Somente os professores do atendimento educacional especializado recebem formação no CEEAGE e outros pela OCAPEDIA. Os professores das salas regulares não recebem formação, fato este muito preocupante tendo em vista que os mesmos atuam diretamente com alunos especiais diariamente. (PROFESSORA I).

São poucos recursos oferecidos aos profissionais responsáveis pela educação especial do município de Acarape. Os profissionais que atuam na sala de AEE são únicos qualificados para trabalharem com alunos especiais, embora existam muitos professores que atuam na sala de ensino regular com formação em educação especial e psicopedagogia. A professora ressalta que muitas desta formação na área de educação especial e psicopedagogia são de faculdades particulares, sendo subsidiada pelo próprio professor (PROFESSORA II).

Os professores de sala regular ainda não foram alcançados com formações específicas nesta modalidade. Os professores lotados em salas de recursos multifuncionais buscam formações fora do município de Acarape por conta própria para melhor atender as crianças especiais. No ano passado de 2018 foi implantado pela SME (Secretaria Municipal de Educação) dentro do calendário do ano letivo formações nesta modalidade para professores e cuidadores que fazem parte da educação especial (PROFESSORA III).

Sabendo da importância do envolvimento dos pais no processo de adaptação assim como também na quebra de preconceitos com relação a essas crianças buscando elucidar como os professores percebem a participação destes nesse processo de interação.

Os pais da escola são presentes da mesma forma os alunos com deficiências são assíduos na escola, com exceção de dois alunos que não frequentam a escola, um por dá convulsão frequentemente, e outro por não querer sair de casa, este último por sua vez é isolado até mesmo dos eventos da própria comunidade (PROFESSORA I).

Nem todos os pais participam da vida escolar de seus filhos e tem compromisso com o desenvolvimento educacional dos mesmos. Para a referida professora, muitas das responsabilidades e competência dos pais, são na maioria das vezes atribuídas a escola, e de modo particular nos que se refere à educação especial, os professores do AEE é que por sua encaminham estes alunos para o atendimento com profissionais da saúde como fonoaudiólogo, neurologista e muitos outros (PROFESSORA II).

Com relação à família, ainda há muita resistência ou displicência. Em algumas das escolas onde o serviço de AEE é prestado, não há muita valorização ou até mesmo entendimento do que seja o serviço. Os direitos constituídos pela lei, ainda ficam só no papel. Faz-se necessário serem

desenvolvidas políticas públicas que contemplem essa clientela. Digo o cumprimento do que as leis pronunciam em seus textos (PROFESSORA III).

Foi solicitado aos professores que fizessem algumas sugestões que corrobora para a melhoria do atendimento das crianças com necessidades especiais.

Mais formação para os professores, a fim de que os mesmos possam ofertar um melhor tratamento educacional para os alunos com deficiência nas escolas públicas de Acarape. É importante também que as escolas possam ofertar capacitação para os pais, no intuito de que não haja pré-conceitos por parte dos mesmos para com seus filhos, e para que estes se tornem parceiros incondicionais das escolas. Por fim, seria muito bom nos relata a professora Zaide se houvesse também mais jogos para tornar o atendimento educacional especializado mais prazeroso para o aluno, e uma estrutura física nas escolas a altura do que realmente determina a lei para o bom funcionamento da educação especial (PROFESSORA I).

Investir na contratação de profissionais da saúde (equipe multidisciplinar) para fazer o acompanhamento devido dos alunos que a eles são de direito;
 Manutenção das salas de AEE, com os recursos necessários;
 Seminários com os professores da sala regular para cobrar dos mesmos a sua responsabilidade com os alunos especiais;
 Palestras bimestrais ou semestrais com as escolas e pais de alunos especiais, gerenciadas por especialistas da área da saúde e da educação;
 Maior oferta de transporte para o acompanhamento dos alunos da zona rural do município;
 Valorização dos profissionais que atuam na sala de AEE;
 Formação continuada para os profissionais da educação especial (PROFESSORA II).

Um maior conhecimento das leis, palestras junto às famílias, formação para os professores continuamente. Suporte técnico e logístico para o atendimento das crianças com necessidades educacionais (PROFESSORA III).

3.3 A EXPERIÊNCIAS DAS ESCOLAS COM SALAS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) EM ACARAPE, A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE SEUS GESTORES

Procurou-se discutir, neste estudo, as compreensões das equipes diretivas escolares sobre o Atendimento Educacional Especializado, focalizando o serviço em si e o público-alvo do AEE. Para tanto, inicia-se, primeiramente, com a análise e discussão sobre o município de Acarape e sua oferta para o seguimento da educação especial para os alunos da rede municipal? E como este seguimento está organizado na conjuntura educacional do município?

Sim. O município vem ofertando esse serviço há algum tempo. Embora de forma mais eficaz no ano passado quando foram percebidas inúmeras crianças com alguns problemas e que muitas das vezes ficavam a margem

do processo. O mesmo atualmente se encontra organizado em 04 escolas, sendo 02 na Sede e 02 na Zona rural. (DIRETORA 1)

Sim. Na nossa escola contamos com uma profissional bem preparada para cuidar desse segmento da educação. Na nossa escola além do atendimento especializado todos os alunos com necessidades especiais estão inserido normalmente no ensino regular. (DIRETOR 2)

Sim. Compete ao município de projetos políticos pedagógicos conforme os sujeitos do processo de inclusão. (DIRETOR 3)

No segundo questionamento foram perguntadas quais as ações desenvolvidas atualmente para o acesso de alunos com deficiência nas escolas públicas de Acarape?

Construção de rampas, transporte escolar e abertura de salas de AEE na zona Rural. Além de disponibilizar o acesso para o atendimento com especialistas nos centros de saúde. (DIRETORA 1)

Na nossa escola todas as ações pertinentes a esse segmento da educação são bem exitosas, inclusive, recebemos alunos de outras unidades escolares para serem assistidas na nossa escola. (DIRETOR 2)

Primeiro assegurar seu direito respeitando o que determina a lei. Condições de transporte, materiais didáticos e profissionais especializados. (DIRETOR 3)

Sobre o processo de diagnósticaçã dos alunos especiais do município de Acarape? O que se pode afirmar?

O processo acontece por etapas. Na seguinte sequencia. O primeiro atendimento acontece na escola mediante o envio de um relatório apresentando aspectos comportamentais do aluno em sala de aula, em seguida é enviado para a Psicóloga e encaminhamento posteriormente para o profissional indicado, quase sempre um neurologista. (DIRETORA 1)

Na nossa escola esses alunos geralmente já chegam laudados, agora quando os professores observam que um ou outro aluno apresenta algum tipo de comportamento que sugere maiores cuidados é então comunicado aos responsáveis e encaminhado ao devido atendimento especializado, até que se tenha um diagnóstico seguro com respeito aos comportamentos observados. Vale salientar que ainda hoje mesmo com meios de comunicações bem difundido ainda tem pais de alunos que não querem jamais aceitar o fato de que seu filho necessita de algum tipo de tratamento ou cuidados especiais. (DIRETOR 2)

Acontece o atendimento especializado onde através de um profissional formado em psicopedagogia faz uma avaliação com alunos que já demonstram indícios de alguns problemas no processo de aprendizagem. (DIRETOR 3)

Sobre as principais deficiências que são diagnosticadas no município quais as que apresentam uma incidência maior.

Os casos que temos diagnosticado e que são acompanhadas por especialistas são: Deficiência Intelectual e Autismo. Ainda encontramos crianças com déficit de aprendizagem. (DIRETORA 1)

É importante ressaltar que na escola existe diferentes especialidade que variam desde os casos mais simples como Deficiência Intelectual (DI) até casos mais graves como autistas. (DIRETOR 2)

Os casos que temos diagnosticado e que são acompanhadas por especialistas são: Deficiência Intelectual e Autismo, síndrome de dow Ainda encontramos crianças com déficit de aprendizagem. (DIRETOR 3).

Os responsáveis pela educação especial do município de Acarape possuem apoio suficiente da gestão municipal, para implementar ações concretas de melhorias com recursos humanos e material, nas escolas da rede municipal de combate a exclusão?

Não. Temos recursos humanos, porém o material ainda deixa a desejar. Não temos espaço adequado para o atendimento, o material é obsoleto tendo em vista a demanda que é podemos considerar grande para a estrutura da escola. Apesar de possuímos um profissional habilitado ainda não é suficiente para um atendimento eficaz e qualificado. (DIRETORA 1)

Considerando que somos a maior escola do município temos estrutura para desenvolver um bom trabalho com essas crianças e temos ainda todo apoio possível da gestão municipal tanto logístico como estrutural. (DIRETOR 2)

Em alguns casos sim. Em outros apenas os profissionais especializados são capazes de fazer esse acompanhamento. E nesse caso precisamos recorrer à secretaria de educação que posterior faz os encaminhamentos através de outras secretarias. (DIRETOR 3)

Os professores da rede municipal de ensino de Acarape possuem qualificação na área de educação especial? Como ocorre esta formação?

A maioria sim. Nas universidades particulares e na rede Pública através da SEDUC. (DIRETORA 1)

Não. Na nossa escola temos uma professora especializada nesse segmento da educação, seria até inviável que todos os professores da rede municipal tivessem esse tipo de formação, pois a demanda não se faz necessário. (DIRETOR 2)

Sim. Mensalmente os profissionais que estão nas salas de AEE se encontram na secretaria de educação para troca de informações e elaborar atividades de acordo com cada caso. (DIRETOR 3)

Pais de alunos com deficiência das escolas públicas de Acarape são presentes e desempenham parceria com a educação dos filhos? Como ocorre este processo?

São presentes, porém não desenvolvem a parceria. Eles geralmente só aparecem quando solicitados, ou para questionar o tratamento que os filhos recebem. (DIRETORA 1)

Na nossa escola sim, os pais são presente no acompanhamento de seus filhos nos atendimento especializado. Eles procuram saber como está o desenvolvimento. (DIRETOR 2)

Sim. Em nossa escola os pais nos ajudam bastante. Acompanham o processo de aprendizagem de seus filhos e estão sempre disponíveis para contribuir com a escola. (DIRETOR 3)

O que os pais dos alunos com deficiência do município de Acarape constatarem da educação ofertada aos seus filhos?

Estão satisfeitos em termos, porém precisa de uma equipe multidisciplinar atuante. (DIRETORA 1)

Na nossa escola acredita que os pais se sentem satisfeitos com nosso atendimento. (DIRETOR 2)

O que eles desejam é que tivesse um acompanhamento mais específico, onde não houvesse a necessidade do deslocamento para o centro do município. (DIRETOR 3)

Quais os principais obstáculos enfrentados por docentes e pais de alunos especiais das escolas públicas de Acarape?

Escolas não adequadas, Transporte irregular e Equipe multidisciplinar. (DIRETORA 1)

Na nossa escola só encontramos óbice quando detectados alguns comportamentos que sugere algum tipo de tratamento e os pais tem dificuldade de aceitar essa situação de seu filho. (DIRETOR 2)

Na realidade eles sentem falta de projetos específicos voltados para essas crianças e que com isso pudesse contribuir para que estes pudessem interagir com seus colegas. (DIRETOR 3)

Quais as sugestões dos responsáveis pela educação especial, de docentes e pais, para a superação de obstáculos e obtenção do sucesso de uma escola acessível e sem exclusão no município de Acarape?

Ampliação e maior participação da equipe multidisciplinar, Escolas com salas de SRM com manutenção periódica. Maior atuação dos transportes na zona rural. Maior número de Profissionais dispostos a estudar sobre a inclusão (DIRETORA 1).

Como sugestão pessoal acredito que se fosse ofertado curso para os pais de alunos com necessidades especiais facilitaria muito não só a compreensão do que é inclusão e como melhora-la, haja vista com esse conhecimento os pais teria melhor entendimento da realidade do seu filho, conhecendo melhor suas limitações e o que poderia ser superado (DIRETOR 2).

Acredito que o grande problema na realidade é de mais salas de AEE e professores que apresentem uma formação adequada para lidar com essa criança. Na realidade existe uma necessidade de um atendimento multidisciplinar e infelizmente o município de Acarape não pode oferecer, ou não tem demonstrado que o tem. (DIRETOR 3).

Acredita-se que as equipes diretivas possuem um papel de referência na escola, na organização e implementação do serviço de AEE, juntamente com a comunidade escolar, considerando a necessidade desse serviço e sua forma de atuação para auxiliar a permanência e aprendizagem dos estudantes público-alvo do AEE, por meio de um processo de escolarização que leve em conta suas singularidades, potencialidades e, sobretudo a garantia do direito de aprender.

3.4 PERCEPÇÃO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA REDE MUNICIPAL DE ARACAPE-CE

O processo de inclusão deve começar pela própria família. Muitos pais não confiam em deixar seus filhos com NEEs na escola. Eles muitas vezes possuem um pensamento negativo diante do processo de inclusão. Os autores Barbosa, Rosini e Pereira (2007) discutem que, se as atitudes dos pais forem positivas com relação à educação inclusiva, melhor e mais rápido será o processo de inclusão. Muitos pais veem de forma negativa a inclusão de crianças especiais em escolas de ensino básico. Eles acham melhor que essas crianças estudem em escolas especializadas. Outros pensam de forma preconceituosa com relação à educação inclusiva e a maneira errada deles verem este processo intensifica a exclusão escolar. Esses pais transmitem essas atitudes negativas para seus filhos que conseqüentemente terão a mesma visão quando se deparar com outra criança em processo de inclusão.

Compreende-se que os pais devem ver a escola como uma oportunidade de crescimento educativo de seus filhos com NEEs. Um lugar onde estas crianças estarão em convívio com outras crianças, uma forma de inserção social. Precisam ter consciência de que a escola escolhida para isso deve ser conhecida pelos mesmos e possuir condições de receber estas crianças (SILVA & MENDES, 2008).

Considerando tais aspectos buscou-se através da pesquisa junto aos pais como estes veem a educação no âmbito da escola regular a que seus filhos têm acesso.

No primeiro questionamento buscamos averiguar quem é cada criança e se as mesmas estão matriculadas em sala regular e recebem algum outro tipo de atendimento.

A menina A tem 15 anos. Autista com Imperatividade.
Encontra-se atualmente matriculada na escola Francisco Rocha Ramos da rede municipal na sala de AEE (atendimento educacional especializado),

tendo como professora Cláudia. Frequenta a sala de AEE da referida escola no turno da manhã, as terças e quinta feiras, pois a mesma também frequenta a casa da esperança em fortaleza, localizada na Avenida Oliveira Paiva, próximo a UNIFOR (universidade de Fortaleza) (ENTREVISTADA 1).

A aluna B tem 23 anos. Tipo de deficiência: microcefalia média.

Frequenta a ABCR (Associação Beneficente Cearense de Reabilitação) no bairro Jacareacanga em fortaleza, desde dois anos de idade. A mesma também está matriculada no contra turno do ensino regular na sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) da escola Francisco Rocha Ramos (ENTREVISTADA 2).

A aluna C tem 13 anos. Tipo de deficiência: Síndrome de Down.

Irá fazer no ano corrente de 2019 o oitavo ano do ensino fundamental do sistema de ensino regular. Ano passado frequentou a sala de AEE (atendimento educacional especializado) da escola Antônio marinho na localidade de Pau Branco II. O atendimento na sala de AEE ocorria às quartas feiras no turno da tarde sendo que o restante dos dias da semana ela frequentava o ensino regular na referida escola. (ENTREVISTADA 3).

O aluno D tem 9 anos. Tipo de deficiência: TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade).

No ano corrente de 2019 irá cursar o quinto ano do ensino fundamental. Nunca frequentou nenhuma instituição especifica para tratamento de pessoas com algum tipo de dificuldade de aprendizagem. Começou ano passado receber atendimento na sala do AEE da escola onde está matriculado. (ENTREVISTADA 4).

Meu filho é autista com grau severo. O município de Acarape tem uma sala de AEE. Meu filho nunca foi porque nunca convidaram. E em sala de aula normal ele não tem cuidadora porque pela lei ele tem direito, resumindo Acarape não oferece um atendimento adequado para seus alunos especiais. (ENTREVISTA 5).

Tendo em vista que no primeiro momento foi informado ao pesquisador que as crianças recebiam atendimento em outra instituição fizemos a seguinte indagação aos pais: como é o tratamento que suas crianças recebiam em instituições de apoio a crianças com deficiência obtivemos as seguintes respostas.

O tratamento na casa da esperança teve início em 2012, após a assistente social de Acarape fazer o encaminhamento da sua filha para referida instituição. Foi à esperança de dias melhores para nós, pois a casa da esperança dispunha de um amparado em recursos material e humano para lhe oferecer o necessário para o desenvolvimento de minha filha. A casa da esperança conta com profissionais, como: psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional. Outro fato que me chamou a atenção é a casa da esperança atenderem especificamente crianças autistas. O que colaborou com uma evolução no quadro de desenvolvimento ainda que de forma muita lenta (ENTREVISTADA 1).

ABCR (Associação Beneficente Cearense de Reabilitação) dispõe de profissionais especializados, para o acompanhamento de psicomotricidade, fonoaudiologia, psicopedagogia, terapia ocupacional, neurologista, psicólogo e outros. E todos esses profissionais faz a diferença no desenvolvimento da criança, mas a menina só ficou durante 02 anos. Atualmente frequenta a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) do município de Guaiuba-Ce (ENTREVISTADA 2).

Minha filha frequentou em 2016, ABCR (Associação Beneficente Cearense de reabilitação), mas não foi possível continuar. (ENTREVISTADA 3).

Meu filho não recebe nenhum atendimento fora da própria escola. Ele é assistido no próprio posto de saúde da localidade por um psicólogo e posteriormente um psiquiatra. (ENTREVISTADA 4).

Eu como mãe procurei alguns especialistas que foram orientando-me como lidar com meu filho. Ele nunca frequentou nenhuma outra instituição que lida com crianças especiais. (ENTREVISTADA 5).

Ao receber atendimento especializado em outra instituição isso nos levou a outro questionamento. O município prestava apoio necessário para o deslocamento de seus pacientes com essas necessidades? De acordo com o relato das entrevistadas obtivemos as seguintes afirmações.

O primeiro e principal desafio enfrentado foi conseguir junto à prefeitura municipal de Acarape a disponibilidade de um transporte que nos levasse três dias por semana a Fortaleza para realização do tratamento na casa da esperança. Por diversas vezes fomos recorrer ao ministério público local para fazer valer o nosso direito de ofertar a oportunidade de minha filha se desenvolver (ENTREVISTADA 1).

A principal dificuldade enfrentada era o deslocamento da cidade de Acarape até fortaleza, que era feito pela madrugada no transporte de outros pacientes que eram conduzidos a suas devidas consultas médicas em diversos hospitais de Fortaleza. Não havia nesse caso horário para retorno, chegando muitas vezes em casa a noite. Outra dificuldade encontrada é a medicação controlada nos postos de saúde ou na farmácia da prefeitura que minha filha faz uso e outras crianças especiais. (ENTREVISTADA 2).

Neste período foram tempos difíceis o deslocamento até a Fortaleza para a instituição era feito pela madrugada, desta forma era muito cansativo para a gente. Por este motivo houve tivemos que desistir. (ENTREVISTADA 3).

Não. Meu filho nunca teve a oportunidade de procurar outra instituição, talvez por desconhecimento meu não busquei procurar outros recursos. (ENTREVISTADA 4).

Não sei responder. Todas as vezes que procurei os médicos do município eles não me apoiaram em nada, nem sequer me indicavam um especialista. (ENTREVISTADA 5).

Com relação à eficácia do atendimento especializado para crianças com necessidades especiais no município de Acarape assim os entrevistados se posicionaram.

O atendimento educacional especializado existe sim, no município, na escola Francisco Rocha Ramos. A minha filha é acompanhada as terças e quintas feiras no turno da manhã (ENTREVISTADA 1).

Não existe no município de Acarape profissionais da saúde a disposição da secretária municipal de educação de Acarape. Eu ouço dizer existe, mas ainda não os encontrei. As informações não são muito claras (ENTREVISTADA2).

Um dos maiores problemas enfrentados é a omissão dos pais na luta pelos direitos. Segundo a entrevista alguns pais atribuem à responsabilidade de forma exclusiva para prefeitura. Além do mais aceitam de forma passiva a negligência do município no tocante a aplicação das políticas públicas para alunos especiais (ENTREVISTADA3).

Meu filho passou a ser mais sociável depois que começou a ser atendido pelo AEE na escola. Até então o mesmo era visto como um garoto problema que não queria nada. Hoje a escola reconhece seus problemas e através do atendimento na sala do AEE ele vem evoluindo aos poucos. (ENTREVISTADA4).

Deixa muito a desejar. Tanto é verdade que sinto na pele isso. Meu filho nunca foi acompanhado por nenhum especialista. Nunca frequentou a sala de AEE e em nenhum momento fui procurada para questionar o comportamento deste na sala de aula. Sendo que o mesmo nunca interagiu e em nenhum momento isso afetou seus professores, ou responsáveis pela escola. (ENTREVISTADA5).

Ao serem questionados como poderiam classificar os recursos tanto materiais como humanos no atendimento a essas crianças como os pais percebiam.

Os recursos materiais são escassos dificultando a aplicação de atividades que chame a atenção da criança e possibilitando o desenvolvimento de suas habilidades. Apesar da sala de AEE ser climatizada a mesma possui pouco espaço para momentos de interação entre os alunos especiais, pais e professores. (ENTREVISTADA 1).

São poucos. Os professores precisam usar de criatividade para não deixar o aluno sem fazer nada. Sem o compromisso do professor nesse sentido nossas crianças ficam excluídas. (ENTREVISTADA2).

Não existem esses recursos. Existe um psicopedagogo no município que raramente aparece na escola. Em algumas escolas que funciona o atendimento as crianças ainda são vistas, enquanto em outras, os alunos são literalmente esquecidos. (ENTREVISTADA 3).

As professoras até se esforçam, mas não tem o conhecimento adequado. Existem algumas que tentam, mas sem a formação e o querer nada acontece. A inclusão é sempre só de fachada. (ENTREVISTADA 4).

Não existem recursos materiais. As professoras tem que se virar. O atendimento depende da atenção que a professora lotada na sala de AEE que algumas escolas possuem possa fazer milagres. Mas que na verdade não reflete na aprendizagem dos alunos. (ENTREVISTADA 5).

3.5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa nos oportunizou a traçar um perfil do atendimento educacional especializado no município de Acarape considerando os atores que corroboraram com seus depoimentos demonstrando de forma inequívoca as políticas públicas adotadas pelo município de Acarape que supostamente deveriam atender a esse público específico dos alunos com deficiência, diante das observações podemos afirmar que

a partir das entrevistas feitas aos pais pode se perceber que os mesmos confiam muito mais na educação ofertada pelas entidades filantrópicas sem fins lucrativos, como: APAE, casa da esperança, ABCN e outros, do que a ofertada pelas escolas públicas de Acarape.

A entrevista realizada com os pais trouxe aspectos bastante esclarecedores que agregaram valor à pesquisa em questão, considerando aqui a importância da pesquisa em lócus e apontou algumas direções para refletirmos sobre o processo de inclusão/exclusão de crianças com deficiências em salas regulares no município de Acarape.

Alguns pais foram bastante enfáticos, percebeu-se conhecimento acerca dos direitos de seus filhos e que reconhecem a necessidade de um efetivo trabalho de conscientização por parte das autoridades competentes acerca do compromisso e da responsabilidade com as crianças com necessidades educacionais especiais.

Para estes pais as entidades citadas possuem um aparato material e humano a contento da oferta com qualidade no tratamento específico das deficiências dos alunos, ao contrário das escolas públicas de Acarape que não estão preparadas para um atendimento educacional especial de qualidade.

Segundo alguns pais faltam muito à divulgação das salas de AEE, muitos ainda desconhecem a existência das mesmas, ou aguardam serem convidados para levarem seus filhos a participarem. Aqui se percebe também por partes destes pais o comodismo, pois cabe primeiramente aos mesmos buscarem ajuda para lidar com a deficiência do seu filho. Não se trata de responsabilizar somente o poder público, mas cobrar e assumir o papel de corresponsável, para que melhorias sejam ofertadas dentro do município de Acarape a estas crianças especiais.

Muitos pais por sua vez não sabem exigir seus direitos de forma civilizada o que dificulta mais ainda o interesse dos responsáveis na hora de desenvolver políticas públicas para os alunos especiais. A crítica que deve ser feita aos agentes públicos que são responsáveis para atender e buscar soluções para o avanço da educação especial dentro do município de Acarape tem que ser construtiva, sempre apontando soluções viáveis no intuito de solucionar os problemas detectados.

Para uma das mães entrevistada o ônibus ofertado pelo município de Acarape até o município vizinho de Guaiúba é muito pouco. Para a mesma o transporte possuem assentos duros e rasgados, este desconforto sinaliza como uma

falta de respeito com alunos especiais que semanalmente duas vezes por semana se deslocam para APAE de Guaiúba.

Apesar do que o referido transporte foi adquirido zero quilometro pelo governo do Estado e entregue pela gestão de Acarape assumindo o compromisso de que este veículo não seria utilizado para outras finalidades, que não fosse com alunos especiais do município de Acarape. Na prática constata-se dentro do cotidiano do município de Acarape que o compromisso feito pela gestão é descumprindo, quando em determinados momentos o ônibus é usado para atender demandas de outras secretarias, como a de saúde por exemplo.

Aos pais dos alunos especiais, portanto fica a indignação, de um equipamento que em tão pouco tempo de uso já se encontra em condições precária de conduzir os alunos com segurança e conforto como garante a lei a estes. Além do mais o transporte não está sendo utilizado dentro do município para deslocar os alunos especiais para as salas de AEE existentes em Acarape, é um apelo que muitos pais tem feito ao poder público local, tendo em vista que não são todas escolas do município que possuem salas de AEE, mesmo que as demandas mais urgentes sejam atendidas, aquelas localidades mais distantes continuam sendo desassistidas, seja pela falta de implantação das salas de AEE, ou seja, pela falta do transporte para trazer estes alunos para escolas onde é ofertado este serviço.

Outra reclamação constante nos relata um dos pais entrevistado é que apesar de ser direito do seu filho ser acompanhado na sala de aula regular por uma cuidadora o mesmo não dispõem, fato este que dificulta mais ainda a evolução do mesmo no quadro de aprendizagem.

O município tem disponibilizado cuidadoras para alguns alunos, somente para casos mais agravantes, os critérios devem ser observados a partir de leis que assegure a presença deste profissional como suporte do aluno com deficiência incluso na sala de aula regular. O que se percebe que muitos destes cuidadores ainda não estão bem esclarecidos do seu papel, a maioria deles escolhidos por indicações de políticos que pouco está preocupado com a formação que estes profissionais têm, e as aptidões para trabalhar com esta clientela de alunos especiais.

Este problema é de fundamental importância tendo em vista, que professores precisam estar se reciclando constantemente, pois a cada dia surgem novos desafios em sala de aula, se tratando de alunos com deficiência os desafios só

umentam, por tanto cabe o profissional está atento para ofertar o melhor que ele possui, e buscar de formas insaciáveis de novos conhecimentos.

Percebe-se que a educação especial é vista ainda por muitos profissionais da educação e pela gestão municipal de Acarape como sendo algo que pode ser feito de qualquer jeito, que para trabalhar com estes alunos podem jogar na sala de AEE, ou como cuidador qualquer professor, por que no conceito de muitos pais, professores, gestores escolares e até mesmo das autoridades constituídas do município os alunos com deficiência não aprendem mesmo. Por conta disto não trará rendimento nenhum para os índices de aprendizagem do município como, por exemplo, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Vale ressaltar que mesmo a formação exigida na área da educação especial seja para professores do AEE, e cuidadores que auxiliam na sala de ensino regular, faz-se necessário que o professor titular da sala de aula regular busca participar ainda que numa proporção menor das formações ofertadas mensalmente na secretaria de educação do município de Acarape, consciente de que a educação se dá de forma conjunta e não isolada, e sim com a concepção de rede, é possível de mãos dadas buscar melhor caminho para alcançar a excelência do profissionalismo, para melhor servir aos alunos com deficiência das escolas públicas.

O discurso por tanto de alguns profissionais da educação de que não faz parte da minha competência se preocupar com a educação especial tem que está superado, é da ossada de todos os envolvidos na educação contribuir, mesmo ainda que alguns em uma parcela maior e outros menores, mas de maneira que todos ajudem a elevar dentro do município as escolas para serem inclusiva, onde todos possam ser tratados da maneira mais igualitária possível.

A sala de aula é este momento impar onde o professor não transmite conhecimento, mas aprende no cotidiano as técnicas, e absorve com as experiências o conhecimento de como lidar com situações inusitadas de seus alunos. Por tanto a partir deste princípio vale aqui citar a máxima do filósofo Sócrates: “Eu só sei que nada sei”, significa dizer que quanto mais o homem busca o conhecimento, mas ele descobre a infinidade do mesmo. Assim deve ser o professor, nunca achar que possui a verdade absoluta das coisas, sempre buscando conhecer a sua realidade cada vez melhor para assim prestar com qualidade seu serviço como educador.

Para muitos pais falta também mais união entre os mesmos, cada um luta por seus interesses de forma individual, falta organização dos mesmos e

planejamento para que as autoridades constituídas do município sintam que as cobranças não sejam exclusivamente em causa própria, mas em benefício do bem coletivo.

Muitos pais ainda se escondem por trás do pré-conceito, e preferem colocar a culpa nas instituições de ensino ou dos órgãos governamentais para justificar a caverna da ignorância que estão vivendo. No município de Acarape ainda existe muitos crianças com deficiência que são privadas de estudar nas escolas regulares, ou de frequentar entidades filantrópicas com finalidade de desenvolver as habilidades destas crianças, há por tanto dificuldade de encontrá-las quando os próprios responsáveis não têm interesse de que o poder público as encontre.

Já para os pais que buscam ajuda para os seus filhos, destes percebe-se um maior interesse junto à escola que os filhos frequentam. Mas, como já foi bem detalhado anteriormente, ainda é uma parcela pequena e quando ocorre, a preocupação sempre é no campo do individual, o que enfraquece a conquista de mais serviços, estrutura física e humana qualificada para atender os alunos com deficiência do município de Acarape.

Vale ressaltar que a maioria dos pais são pessoas simples que vivem na zona rural do município de Acarape, e com pouca instrução, os mesmo necessitam de ajuda para alcançar o nível de organização necessário para lutar pelos seus direitos. Partindo do princípio deste desafio, o que se espera é que hoje aqueles pais de um nível mais avançado superem obstáculo como o do egoísmo e busque fortalecer os demais pais na luta por melhorias, tendo sempre a sua frente à consciência de que juntos somos mais forte.

Para muitos pais como sugestão para avanços no município de políticas públicas para educação inclusiva, tem que se trabalhar urgentemente a conscientização, primeiramente com pais, depois com a escola como todo, com professores da sala de AEE, e cuidadores também, tendo como princípio norteador que a educação é complexa e englobam todos os seus seguimentos, não se pode tratar da educação especial de forma isolada como se fosse uma coisa a parte da escola. Além do mais os investimentos nas escolas, como: rapas, banheiros, equipamentos adaptados e principalmente recurso humano bem qualificado são deveres de que o município de Acarape não pode se furtar de fazer.

Outro agravante que se constata na pesquisa é falta de comunicação da gestão educacional do município com os pais, para informar os mesmos das ações

ainda que de forma insuficiente para atender a demandas existente no município de Acarape. Nos relatos de alguns pais estes desconhecem qualquer tipo de ação que esteja sendo desenvolvido pela secretária municipal de educação para acessibilidade de alunos com deficiência nas escolas públicas de Acarape.

As entidades filantrópicas que atendem alunos especiais fora do município de Acarape, dispõem de maior credibilidade dos pais. Esta constatação se contrapõe o que defende Mantoan, esta por sua vez compreende que os espaços específicos para alunos com deficiência têm um papel excludente na vida destes alunos. Para a autora a segregação destes alunos prejudica no desenvolvimento educacional dos mesmos.

É importante ressaltar que o espaço da Sala de Recursos Multifuncionais e o professor especializado, por si só, não asseguram ao estudante público-alvo da Educação Especial uma melhoria em seu processo de escolarização. Nesse sentido, concorda-se com Effgen (2011, p. 158), quando ressaltar que, ao discutir acerca da SRM e do AEE, é preciso considerar “[...] que esse espaço e esse dispositivo configuram-se como uma rede de apoio à sala de aula regular, mas o centro do processo ensino-aprendizagem é a sala regular”.

A formação dos professores também foi um agravante relatado pelos mesmos no que se refere à qualificação do profissional para o bom rendimento em sala de aula com alunos especiais. Os professores nos seus depoimentos se queixaram muito da maioria dos cursos de formação na área de educação especial ser bancados pelos mesmos. Uma vez que seria obrigatoriedade do município de Acarape proporcionar cursos de especialização na área da educação especial.

Segundo os professores entrevistados, nos últimos anos o município de Acarape tem proporcionado formações continua na secretaria de educação mensalmente com professores do AEE, e cuidadores. Por tanto para estes professores estas ações ainda deixam muito a desejar, pois os professores do AEE se preocupam também com a formação do professor da sala regular que não é ofertada pelo município. Esta preocupação ocorre pelo fato da obrigatoriedade do aluno com deficiência de estar inserido na sala de aula regular para poder participar da sala de atendimento educacional especializado – AEE.

A preocupação dos professores é salutar, por que não se compreende a educação de forma isolada, é complexa e por tanto o ensino regular, a interação com alunos ditos normais, são requisitos fundamentais para evolução da aprendizagem

dos alunos com deficiência, então investir nas salas de AEE, como uma ação isolada não é suficiente para combater o processo de exclusão na sala de aula. É na sala de aula regular o momento mais viável e eficaz para promover emancipação do aluno com deficiência.

Para alguns professores os pais também contribuem para que os seus filhos com deficiência não evoluam no processo educacional, ainda existe muitos pais no município de Acarape que tratam seus filhos com deficiência de forma preconceituosa, estes na maioria das vezes escondem a criança impossibilitando com que a mesma busque os recursos necessários para seu desenvolvimento.

Para maioria dos gestores pesquisados parece haver uma compreensão, que o AEE se limita ao espaço da SRM. Esse entendimento, por sua vez, pode revelar uma carência por parte das equipes gestoras de um aprofundamento teórico sobre a área da Educação Especial. Uma vez que a forma como a política e as diretrizes da Educação Especial parece ser interpretada pelas equipes e como o serviço vem se materializando no contexto escolar de forma setorizada, pode sinalizar que há uma carência no entendimento de que Educação Especial está contida na Educação [Regular].

Cabe portanto aos gestores da educação do município de Acarape está atento a estas necessidades em sala, para investir em espaços agradáveis, fazer rampas de acesso, adquirir equipamentos para deficientes visuais e auditivos.

Um grande obstáculo também percebido é a parceria da secretária de saúde com a secretária de educação, apesar dá parceria existir, a saúde por sua vez tem muita dificuldade de disponibilizar estes profissionais para secretaria municipal de educação. Quando se fala em disponibilidade se refere um espaço na semana para atender a demanda da secretária de educação, não se trata de estar disponível de forma integral para a mesma.

É importante ressaltar que é atuação dos profissionais da saúde no campo educacional é o que mais desperta o interesse dos pais. Os mesmos no seu depoimento deixam bem claros a confiança depositada pelas entidades que são atendidas fora do município de Acarape, estas por sua vez como já foi dito anteriormente conta com serviços dos profissionais adequados aos diversos tipos de deficiências existentes.

Faz-se necessário mediante ao que se percebe nos depoimentos dos pais, um regaste de forma urgente da credibilidade das escolas públicas do município de

Acarape, no tocante aos cuidados com alunos deficientes. Muitos dos pais se sentem indignados por verem tanta omissão por parte dos agentes políticos, os mesmos ainda não despertaram de forma consciente para os avanços no seguimento da educação especial.

Há por tanto negligência da família na aceitação de que a criança necessita de cuidados especializados, quando o professor se depara com situações desta natureza onde o mesmo percebe que a família é o primeiro obstáculo, fica muito difícil à superação do aluno, pois a escola necessita de uma parceria incondicional com os pais, principalmente por se tratar de alunos com deficiência.

Percebe-se por tanto a partir dos depoimentos dos pais e dos professores um contraditório entre os mesmos, pois para os pais o município de Acarape não oferta nenhum tipo de serviços para alunos especiais, já para os professores e coordenação da gestão do atendimento educacional especializado- AEE na Secretária de Educação, os serviços são se ofertados pelo município de Acarape, porém os mesmos ainda deixam muito a desejar.

Há, no entanto, uma diferença entre não ofertar o serviço como relata os pais, e o serviço ser ofertado de forma insatisfatória como é expresso pelos professores entrevistados e a coordenação da educação especial da Secretaria de Educação de Acarape.

É papel também da secretaria municipal de educação, buscar sempre parcerias novas no intuito de avançar no atendimento educacional especializado. Vale ressaltar também que o investimento feito em educação especial traz retornos extraordinários para o município.

O professor de educação especial de acordo com a legislação vigente recebe no seu salário uma gratificação por exercer a função na sala de AEE, o município por sua vez recebe do governo federal e estadual recursos para serem aplicados nas salas de AEE. Outra grande vantagem é que os municípios onde a educação especial é vista com prioridade os mesmos são fortes concorrentes a ganharem o selo UNICEF.

Por todas estas recompensas, mas principalmente pela dignidade dos alunos com deficiências para que os mesmos possam ter seus direitos assegurados, e terem o livre acesso à escola, inserção na sociedade e no mercado de trabalho. São estas as principais razões que devem motivar os gestores do município de Acarape a investirem cada vez mais na educação especial.

A falta de conhecimento de muitos pais, e até mesmo de muitos professores retardam ainda muito mais o processo de evolução dentro do município de Acarape dos avanços na educação especial. Os direitos só são conquistados mediante os muitos esforços, quando estes esforços vêm da união de toda comunidade escolar e dos pais, somente assim se consegue sensibilizar de forma mais rápida e eficaz às autoridades constituídas para a aplicação de políticas públicas para educação especial no município de Acarape.

Diante do exposto vale ressaltar que a organização a partir da própria secretaria de educação do município com relação à educação especial é de suma importância para a captação de recursos para os investimentos desta, tendo em vista que o governo estadual e federal disponibiliza para os municípios recursos para aplicação nesta área, do acesso de alunos com deficiências nas escolas públicas.

Por tanto só tem a ganhar as prefeituras que buscam desempenhar com excelência o atendimento educacional especializado, procurando atender os requisitos exigidos por lei. Estas com certeza serão destaques na educação, além de emanciparem pais e alunos para o exercício da cidadania através da inclusão.

Por fim se conclui que a comunicação entre os pais e que fazem a gestão educacional no município de Acarape, não é boa. Tendo em vista que os pais alegam não conhecer as ações desenvolvidas pelo município na área da educação especial. Cabe por tanto a secretaria municipal de educação corrigir estas falhas para que os pais venham a se sentir contemplados no município de Acarape com melhoramento nas escolas, ampliação das salas de AEE, formação para docentes e os pais, de forma continua.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação faz parte de uma vivência diária como pai de uma filha com síndrome de Down. Desde 2010 com o nascimento da minha filha caçula, tenho buscado conhecer melhor como lidar com a situação, assim como tenho buscado também conhecer e aprofundar os seus direitos, nas mais diversas situações que envolvem o seu desenvolvimento, na busca pela independência e da normalidade de sua vida, de forma autônoma para que a mesma não se sinta excluída.

Confesso que antes de ser pai de uma criança especial, não havia antes despertando em momento algum interesse, para tratar do assunto. Hoje não só mim interesse pela discussão acerca do referido tema por se tratar de uma experiência pessoal, como também mim preocupo demais com pais que ao contrário de mim não tiveram oportunidade de ser instruído e ter a consciência de que se faz necessário conhecer os direitos das crianças com deficiências para poder cobrar do poder público o tratamento devido como previsto na lei.

Desde o início estava bem claro que a minha dissertação do mestrado em políticas públicas se daria nesta área das políticas públicas desenvolvidas para os alunos com deficiência nas escolas públicas do município de Acarape onde eu residuo e desenvolvo minhas atividades diárias como professor da rede pública municipal.

Percebe-se que a discussão acerca do referido tema ainda é pouco debatido dentro do município pelas autoridades, esta temática geralmente é explorada pelos os pais que tem filhos com deficiência, e quando procura o auxílio do poder público para inclusão lhe é negado o acesso seja a escola ou qualquer outro serviço, por falta de políticas públicas com eficácia para darem as crianças especiais oportunidades igualitárias. Geralmente é necessário passar na pele convivendo com uma criança com deficiência, sendo pai ou não, para ter o interesse de explorar este assunto com as autoridades, e levar ao conhecimento da sociedade local para juntos buscar soluções, e despertar de forma coletiva o interesse das demais pessoas que por motivos de pré-conceitos preferem ignorar, ou achar que estas pessoas não têm relevância social por não contribuírem ativamente no fortalecimento da economia, por tal motivo muitos ainda são ignorados se tornado assim excluídos da sociedade.

Como já falei anteriormente este universo das pessoas com deficiência para mim é algo novo, no qual mim aventuro em busca de ajuda para minha filha, acreditando que a cada nova descoberta que faço, não será algo benéfico apenas para mim ou para minha filha, mas de forma que servirá também para outros pais e outras crianças com deficiência.

A cidade de Acarape é o palco escolhido para o universo da pesquisa por acreditar, que toda e qualquer mudança necessária na vida do ser humano deve ter como princípio norteador a sua realidade. É no intuito de extrair das experiências elementos que corroborem a teoria, por este motivo foi que se optou por um laboratório próximo do cotidiano.

Porém, pesquisar o que se experimenta diariamente, exige do pesquisador muitas habilidades, uma delas é não imprimir conceitos, ou rótulos, uma vez que se julga conhecer objeto a ser pesquisado por estar inserido no seu mesmo habitat. A neutralidade da pesquisa é algo essencial que ao longo do processo busquei adquirir. Quanto mais me aproximava do objeto da pesquisa, mas proporcionalmente eu busquei me distanciar da mesma.

Foram muitas as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa, não é nada fácil fazer com que as pessoas falem de um tema que carrega em si muitos pré-conceitos. No primeiro momento muitos pais colocaram dificuldades por falta mesmo de conhecimento, tentando negar o processo de aceitação da deficiência do seu filho, e outro fator que chamou atenção foi o medo de falar a realidade do município e sofrer algum tipo de retaliação da gestão municipal atual de Acarape.

Da mesma forma que os pais tinham receio de sentir algum tipo de retaliação da gestão municipal de Acarape, os professores, gestores escolares e a pessoa responsável pelo seguimento da educação especial dentro da secretaria de educação também tiveram ainda numa proporção até maior, devido à maioria destes exercerem cargos de confiança como: professores lotados nas salas de AEE, diretores e coordenadores pedagógicos, assim também como a responsável pelo seguimento AEE dentro da secretaria de educação. Todos estes cargos considerados de privilégios dentro do município. Portanto, percebia-se muito receio destas pessoas em expor as formas debilitadas das políticas públicas para os alunos com deficiências desenvolvidas nas escolas públicas de Acarape.

Com muita insistência e de forma bem-educada estas barreiras foram ficando para trás, aos poucos, pais, professores, gestores escolares e gestão

educacional do município foram colaborando com seus depoimentos, e as diversas visões da realidade foram aparecendo cada uma com seus aspectos positivos e negativos. Escutar a pluralidade da percepção de todos sobre o mesmo objeto, dentro do mesmo universo pesquisado, é muito enriquecedor, torna o pesquisador muito mais flexível, e faz o mesmo refletir que quanto mais ele se aproxima do objeto, ele também se distancia do mesmo, pois seus horizontes vão ficando cada vez mais amplo tornando objeto pesquisado algo inatingível, mas desejado cada vez mais, despertando uma curiosidade que o levará sempre a buscar as respostas quem nem sempre é por ele a esperada. Estas experiências só ratificam as teorias científicas que aprendemos nas salas de aula antes de cair em campo para pesquisar.

Um fator que foi obstáculo na pesquisa foi o fato de ser detentor de um cargo eletivo de vereador, ainda por cima ser opositor à gestão atualmente, esta situação causou mais ainda desconforto aos entrevistados, como foi dito no parágrafo anterior havia muito medo dos entrevistados de sofrerem qualquer tipo de punição por passar informações que poderiam macular a imagem da gestão.

No município pequeno do interior do Ceará como Acarape, as rivalidades políticas locais são muito fortes, elas chegam a interferir nas relações das pessoas, há dificuldades de separar os interesses partidários dos interesses coletivos. As pessoas entrevistadas levavam tempo para desvincular a minha imagem de um político partidário, para absorver a imagem de um pesquisador universitário. Para alguns o estudo acerca do tema poderia significar um pretexto para fazer sensacionalismo com a gestão.

Vale ressaltar que o fato de ser professor também dificultou pela falta de disponibilidade de estar focado exclusivamente para pesquisa, lotado com 200h em sala de aula diariamente de segunda a sexta, foi extremamente corrido ter que atender as demandas da escola, e se debruçar na pesquisa. Da mesma forma foi bastante difícil também encontrar dos entrevistados professores e gestores, esta disponibilidade. Assim como Eu, os mesmos possuem uma vida bastante corrida e sobrecarregada de demandas das suas respectivas escolas.

O fator tempo realmente foi um dos maiores obstáculos, a vida do aluno pesquisador necessita de uma exclusividade para a realização de seu trabalho, a necessidade de se focar nas atividades de professor e nas atividades políticas, causa a dispersão, impossibilitando um aprofundamento maior acerca do objeto pesquisado.

Com relação à bibliografia foi muito fácil encontrar autores que discutem acerca do tema escolhida, temos aqui no Brasil uma bibliografia bem vasta sobre a inclusão de alunos nas escolas. Cada autor enriquece muito a discursão, colocando seu ponto de vista sobre a problemática da inclusão, foi a partir da leitura destes autores que obtive embasamento teórico antes de partir para a pesquisa de campo.

O pesquisador deve buscar beber da fonte de outras experiências antes de se deparar com a realidade da prática, para que o mesmo possa adquirir a maturidade do desprendimento de pré-conceitos adquiridos ao longo da sua vida no convívio social, sem fundamentação alguma, apenas por falácia ou por hipótese sem nenhuma corroboração da realidade.

Com relação à pesquisa em questão, dos autores pesquisados, destacou-se os conceitos de Maria Teresa Mantoan, foi a partir de suas discursões onde mais mim debrucei sobre o tema inclusão escolar. A sua reflexão acerca da segregação do aluno com deficiência, quando este é colocado para estudar em escolas especiais, intuições filantrópicas, passando a conviver somente com alunos que possuem algum tipo de deficiência, a autora afirma que ao invés de incluir, a escola estar lateralmente excluído os mesmos.

A partir de tudo que foi relatado percebe-se que foram muitos desafios enfrentados, mas ao termino da pesquisa pude perceber que tudo que li e experimentei ao logo de meses realizado este trabalho colaborou e muito na minha formação como professor tendo em vista que também mim deparo constantemente em sala de aula com situações onde alunos possuem algum tipo de deficiência.

Também foi muito importante para mim como vereador, constatar a partir da pesquisa, quais as políticas públicas existentes no município de Acarape, como estas estão sendo aplicadas nas escolas públicas. Por tanto a partir de agora só aumenta a minha responsabilidade como legislador que sou de buscar cada vez mais o aprimoramento destas políticas públicas já existentes e de novas que poderão a vir ser implantadas no município.

Como bem eu relatei em parágrafos anteriores, a principal motivação da pesquisa foi à experiência de ser pai de uma criança especial, para mim como pai cabe sempre buscar novas informações a respeito do tema inclusão. Como pai o desejo que a filha não seja tratada com preconceitos, e muito menos seja privada de desenvolver suas competências e habilidades por falta de recursos.

Mergulhar no tema inclusão fez também eu refletir a partir de minhas ações se no cotidiano se tenho excluído pessoas, porque muitas vezes cobramos do outro o que não exigimos de se próprio. A alta reflexão é o primeiro passo que dá para se tornar um ser humano melhor, às vezes situações que a vida te insere são oportunidades, que se deve abraçar.

O fato de ser pai de uma criança especial considero eu, foi uma destas oportunidades, assim como ser aprovado no mestrado de políticas públicas da UECE, estes caminhos que o destino colocou na minha frente com certeza tem um proposito maior que no meu entendimento foi sentir na pele os que outros pais de crianças com deficiência sentem, para se sensibilizar com problemática dos mesmos. Aprimorar os conhecimentos com o mestrado para aplicar na vida como ser humano melhor e mais preparado para enfrentar os desafios.

Por fim considero que os obstáculos foram superados, porém tudo que foi descoberto com a pesquisa não passa de uma ponta no iceberg, pois o mundo da inclusão além de ser muito complexo, está em constante mudança que necessita do pesquisador de um olhar atento para acompanhar e se aperfeiçoar se mantendo atualizado.

REFERÊNCIAS

AZANHA, J. M. P. **Uma ideia de pesquisa educacional Uma ideia de pesquisa educacional**. São Paulo. 1999. 134f. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BEYER, H.O. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, v.2, n.19, p.20-28, jun.2002.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Ministério da Justiça, 1994.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**. Brasília: MEC, 1998.

_____. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação**. Brasília:[s.n],2001.

_____. Lei n.º 9.394/96, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares: estratégias para educação de alunos com necessidades especiais**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

CANDAU, V. M.; ANHORN, C.T. G. **A questão didática e a perspectiva multicultural: uma articulação necessária**. Caxambu: ANPED, 2000.

DECHICHI; SILVA et al. **Educação escolar e educação especial: teoria e prática na diversidade**. São Paulo:[s.n],2008.

FERREIRA, M. E. C; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAGALHÃES, R.C. B. P. **Reflexões sobre a diferença**: uma introdução à educação especial. 2. ed. rev. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

MINAYO, M. C.S. et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, D. **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, B.S. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário elaborado para os professores para a pesquisa de campo nas escolas públicas do Município de Acarape

1. Quais as ações desenvolvidas atualmente para o acesso de alunos com deficiência nas escolas públicas de Acarape?
2. Como ocorre o processo de diagnósticaçã dos alunos especiais do município de Acarape?
3. Quais os principais tipos de deficiência diagnosticados pelos responsáveis pela educação especial de Acarape?
4. Quais as sugestões dos responsáveis pela educação especial, de docentes e pais, para a superaçã de obstáculos e obtençã do sucesso de uma escola acessível e sem exclusã no município de Acarape?

APÊNDICE B - Questionário elaborado para os Gestores para a pesquisa de campo nas escolas públicas do Município de Acarape

1. O município de Acarape oferta o seguimento da educação especial para os alunos da rede municipal? Como este seguimento está organizado na conjuntura educacional do município?
2. Os professores da rede municipal de ensino de Acarape possuem qualificação na área de educação especial? Como ocorre esta formação?
3. Quais as sugestões dos responsáveis pela educação especial, de docentes e pais, para a superação de obstáculos e obtenção do sucesso de uma escola acessível e sem exclusão no município de Acarape?

APÊNDICE C - Questionário elaborado para a Coordenação do Atendimento Educacional Especializado – (AEE) dentro da secretaria de educação de Acarape. Para a pesquisa de campo nas escolas públicas do Município de Acarape

1. Quais os principais obstáculos enfrentados por docentes e pais de alunos especiais das escolas públicas de Acarape?
2. Os responsáveis pela educação especial do município de Acarape possuem apoio suficiente da gestão municipal, para implementar ações concretas de melhorias com recursos humanos e material, nas escolas da rede municipal de combate a exclusão?
3. Quais as sugestões dos responsáveis pela educação especial, de docentes e pais, para a superação de obstáculos e obtenção do sucesso de uma escola acessível e sem exclusão no município de Acarape?

APÊNDICE D - Questionário elaborado para Pais de Alunos especiais para a pesquisa de campo nas escolas públicas do Município de Acarape

1. Pais de alunos com deficiência das escolas públicas de Acarape são presentes e desempenham parceria com a educação dos filhos? Como ocorre este processo?
2. O quê os pais dos alunos com deficiência do município de Acarape constatarem da educação ofertada aos seus filhos?
3. Quais as sugestões dos responsáveis pela educação especial, de docentes e pais, para a superação de obstáculos e obtenção do sucesso de uma escola acessível e sem exclusão no município de Acarape?